

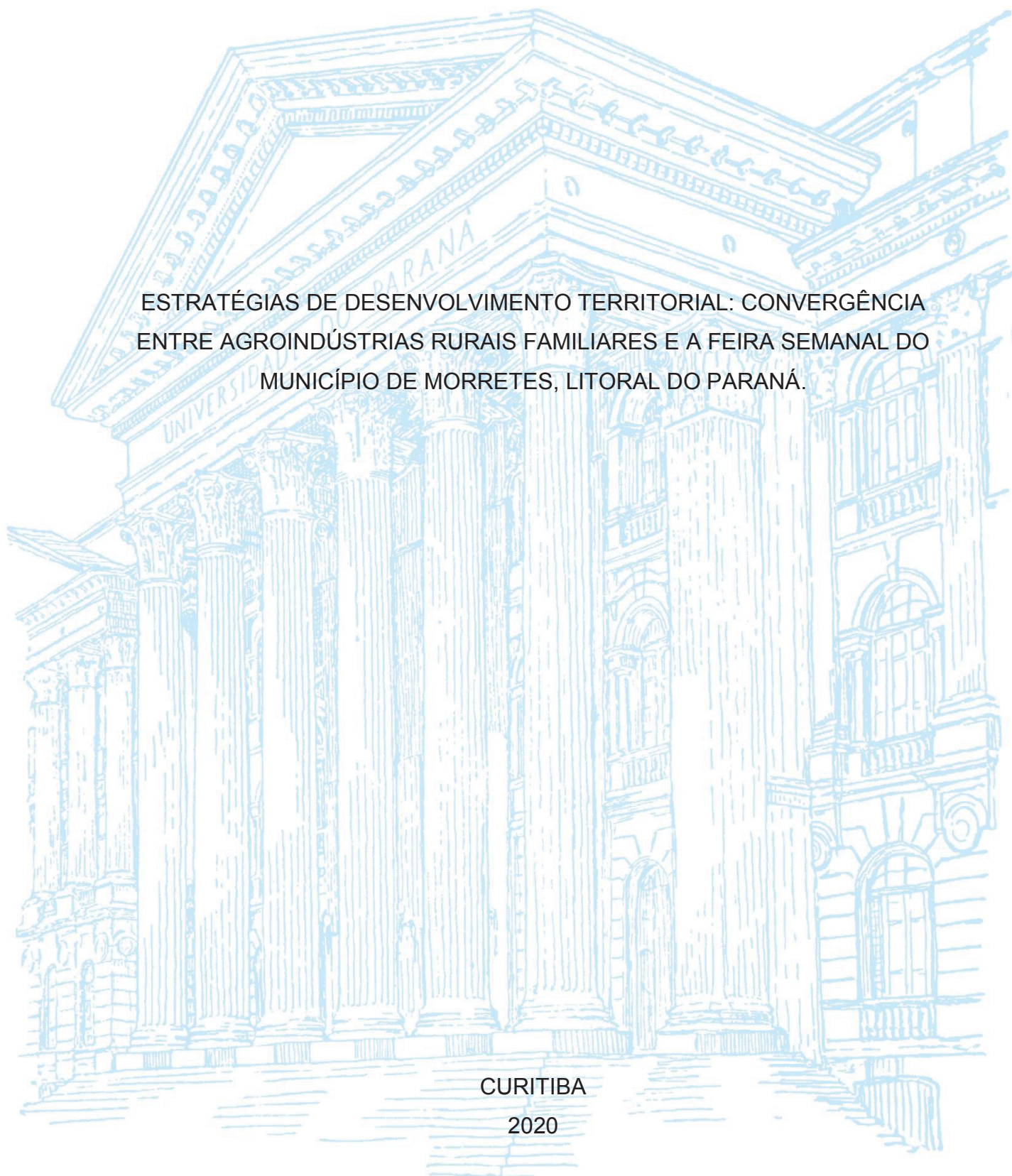
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THAMY NUMER

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONVERGÊNCIA
ENTRE AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES E A FEIRA SEMANAL DO
MUNICÍPIO DE MORRETES, LITORAL DO PARANÁ.

CURITIBA

2020



THAMY NUMER

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONVERGÊNCIA
ENTRE AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES E A FEIRA SEMANAL DO
MUNICÍPIO DE MORRETES, LITORAL DO PARANÁ.

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de ciências agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

CURITIBA

2020

Numer, Thamy

Estratégias de desenvolvimento territorial: convergência entre agroindústrias rurais familiares e a feira semanal do município de Morretes, Litoral do Paraná. / Thamy Numer - Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Valdir Frigo Denardin.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Feiras agropecuárias. 3. Agroindústria - Morretes (PR). I. Denardin, Valdir Frigo. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **THAMY NUMER** intitulada: **ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONVERGÊNCIA ENTRE AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES E A FEIRA SEMANAL DO MUNICÍPIO DE MORRETES, LITORAL DO PARANÁ**, sob orientação do Prof. Dr. VALDIR FRIGO DENARDIN, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Março de 2020.

Assinatura Eletrônica

01/04/2020 18:30:30.0

VALDIR FRIGO DENARDIN

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 15:14:40.0

CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/04/2020 18:47:46.0

LUIZ FERNANDO DE CARLI LAUTERT

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico esta pesquisa aos agricultores e agricultoras que a tornaram possível,
compartilhando seu tempo, seus sonhos e suas vozes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe e melhor amiga Neiva Lucia Paim, pelas palavras de sabedoria, e pelo colo com afeto e trocas sinceras no olhar. Agradeço ao meu pai e também melhor amigo Benedito Numer Trindade, pelo companheirismo, pela troca diária compartilhada neste momento tão particular que é o mestrado. Em se mostrar interessado pela minha pesquisa; em sempre me trazer um ramo de alecrim nas intermináveis noites de estudo; por me acompanhar no campo da pesquisa e na vida; e principalmente por nunca soltar a minha mão, e a sua maneira, me fazer enxergar que sempre seremos nós.

Agradeço com todo meu amor e respeito à minha pessoa no universo, aquela que eu nunca deixarei de agradecer pelo simples fato de existir. Minha irmã de sangue e alma, Thuany Numer, que com toda sua delicadeza e olhar observador, tornou minha segunda jornada acadêmica possível. Ela que trançava meus cabelos enquanto eu me dedicava a estudar para a seleção de mestrado, e que permaneceu acordada por muitas noites de estudo. Minha futura bióloga que também encontrou na pesquisa uma possibilidade de mudar nosso mundo.

Agradeço aos meus amigos, os novos e antigos, por estarem perto mesmo quando longes, por todo o respeito, afeto e carinho que criamos ao longo desses anos. Nossas redes de apoio são reais e merecem ser fortalecidas todos os dias.

Agradeço em especial às minhas grandes amigas/irmãs, que são o meu suporte nesta caminhada doida que é a vida, e nessa jornada intensa e desafiadora que é a academia. As de muitos anos, e as que vieram de presente MADE, todas e cada uma foram essenciais no meu caminhar, e as presente MADE sabem o que foi chegar até aqui. Sem vocês não seria, muito obrigada mulheres guerreiras!

Agradeço a Universidade Federal do Paraná por ter me proporcionado mais uma vez uma educação pública e de qualidade, e ao corpo docente MADE que se doa diariamente para continuar fazendo esta história valer a pena. Aqui deixo uma menção honrosa a casinha-MADE, por todo seu aconchego as vezes em meio ao caos, porém sempre com café quentinho e trocas sinceras.

Agradeço especialmente ao meu orientador, coordenador e bom ouvinte, Professor Valdir Frigo Denardin, pela dedicação, respeito e cuidado com nossa pesquisa e em todas as atividades que se propõe, com toda a certeza eu e todo o MADE temos muita gratidão por esta trajetória que fizemos juntos.

Agradeço a Fundação Araucária e a CAPES por promoverem a pesquisa brasileira, e permitir a partir de suas bolsas-auxílio que pessoas da minha classe social ocupem os espaços que nos cabem, que são todos os que sonharmos e desejarmos, principalmente quando estes estejam em harmonia com uma educação pública e de qualidade.

Por fim, e não menos importante, agradeço aos atores sociais envolvidos nesta pesquisa, pois sem eles a realização deste ciclo não seria possível. Agradeço por ser sempre tão bem recebida, pelas trocas de saberes e pela gentileza em todos os encontros.



"Pois quando a gente entende que não entende alguma coisa é que a gente está prestes a entender tudo".

Jostein Gaarder

RESUMO

O universo rural apresenta-se por sua diversidade e heterogeneidade de paisagens, refletindo particularidades nos processos sociais e manifestações culturais que promovem reflexões acerca das dinâmicas territoriais, visto também como espaço coletivo e em construção, implicando em processos de organização social. No contexto de preocupações acerca da alta fragilidade socioeconômica do litoral paranaense, sobretudo pelas principais atividades que desenvolve e que afeta de maneira significativa o desenvolvimento da agricultura familiar na região, as agroindústrias rurais familiares (AGF's) e suas relações com mercados locais surgem como uma abordagem para estudar e refletir sobre uma possível contribuição para diversificar estratégias de desenvolvimento territorial. A finalidade da pesquisa, assim busca identificar – em um caso específico – como a convergência entre agroindústrias rurais familiares e um canal de comercialização – neste caso uma feira semanal – podem dinamizar estratégias para o desenvolvimento territorial. O contexto empírico da pesquisa envolveu o município de Morretes, litoral do Paraná. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando-se de entrevista semiestruturada com as seis agroindústrias rurais familiares atuantes na Feira Semanal do município. Dos resultados foram que as AGF's são uma importante estratégia de reprodução socioeconômica para os agricultores familiares, e que a Feira Semanal do município é o principal canal de comercialização da produção das mesmas, demonstrando que a convergência destas duas estratégias é de grande importância para a manutenção do modo de vida rural. Conclui-se sobre a possibilidade de outras estratégias de dinamização do território, a exemplo uma cesta de bens e serviços territorializados, trazida por Bernard Pecqueur como uma renda de qualidade territorial, envolvendo diretamente a questão da identidade que já se mostra existente, através do sentimento de pertencimento a um grupo, que neste caso é a construção social da Feira Semanal de Morretes. O que se observou com a pesquisa é que os atores sociais que atuam com suas AGF's dentro do espaço da feira semanal, tem grande potencial de dinamizar estratégias de desenvolvimento territorial rural, a partir da essência do conceito de território trazida por Marcos Saquet, que está nas relações sociais e mediações entre a sociedade e a natureza, criando e recriando o território a partir de alternativas socioeconômicas harmoniosas com o local, respeitando seus desejos e suas particularidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial. Agroindústrias Rurais Familiares. Feira Semanal de Morretes. Morretes. Litoral do Paraná.

ABSTRACT

The rural universe is presented by diversity and heterogeneity of landscapes, reflecting particularities in social processes and cultural manifestations that promote reflections about territorial dynamics, also seen as a collective space and under construction, implying processes of social organization. In the context of concerns about the socioeconomic fragility of the coast of Paraná, especially for the main developed activities that affects the development of family farming in the region, the family rural agroindustries (AGF's) and their relations with local market emerge as an approach to study and reflect on a contribution to diversify territorial development strategies. The research aims to identify – in a specific case – how the convergence between family rural agro-industries and a marketing channel – in this case a weekly fair – can streamline strategies for the territorial development. The empirical context of the research involved the municipality Morretes, on the coast of Paraná. The methodology used was a qualitative research of exploratory study, using semi-structured interview with the six family rural agroindustries operating at the municipality's weekly fair. In relation to the results, these were that AGF'S are an important strategy of socioeconomic reproduction for family farmers, and the municipality's weekly fair is the main marketing channel of their production, demonstrating that the convergence of these two strategies is of great importance for maintaining the rural way of life. Concludes about the possibility of other strategies for dynamizing the territory, for example the terms basket of goods and territorialized services, brought by Bernard Pecqueur as a territorial quality income, directly involving the question of identify, that already exists, through the feeling of belonging to a group, which in this case is the social construction of the Morretes weekly fair. What was observed with the research is that the social actors who work with their AGF's, at the weekly fair, has great potential to streamline rural territorial development strategies, from the essence of the concept of territory brought by Marcos Saquet, which is in social relations and mediations between society and nature, creating and recreating the territory from socioeconomic alternatives harmonious with the place, respecting their desires and its particularities.

Keywords: Territorial Development. Family Rural Agroindustries. Morretes weekly fair. Morretes. Coast of Paraná.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MORRETES/PR.....	17
FIGURA 2 – MAPA DE DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR SETORES CENSITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MORRETES/PR.....	45
FIGURA 3 – CLASSES DE COBERTURA E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE MORRETES/PR.....	46
FIGURA 4 – USO E COBERTURA DO SOLO DO MUNICÍPIO DE MORRETES/PR..	47
FIGURA 5 - ESPAÇO DA FEIRA ANTES DA CRIAÇÃO DA CALÇADA.....	52
FIGURA 6 - ESPAÇO DA FEIRA APÓS A CRIAÇÃO DA CALÇADA.....	52

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - COMPARAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS <i>BUNDLE</i> , AOC E CESTA DE BENS.....	25
QUADRO 2 – MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	40
QUADRO 3 - PERFIL DA FAMÍLIA RESPONSÁVEL PELA AGROINDÚSTRIA RURAL FAMILIAR (AGF)	54
QUADRO 4 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE.....	58
QUADRO 5 - TIPOS DE PRODUTOS.....	60
QUADRO 6 -CARACTERÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO.....	62
QUADRO 7 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO (CC)	63

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AGF	– Agricultura Rural Familiar
ANVISA	– Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AOC	– Denominação de Origem Controlada
BNDES	– Banco Nacional do Desenvolvimento
CEASA	– Centrais de Abastecimento do Paraná
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
EMATER	– Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IAPAR	– Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	– Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UC	– Unidades de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUAS ESTRATÉGIAS	20
CAPÍTULO 2 – ESTRATÉGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	28
2.1 A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL (AGF) COMO ESTRATÉGIA SOCIOECONÔMICA.....	31
2.2 A FEIRA COMO ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	33
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
CAPÍTULO 4 – POTENCIALIDADES E DIFICULDADES DO TERRITÓRIO.....	42
4.1 O MUNICÍPIO DE MORRETES	43
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
5.1 FEIRA SEMANAL DE MORRETES.....	51
5.2 PERFIL DA FAMÍLIA RESPONSÁVEL PELA AGROINDÚSTRIA RURAL FAMILIAR (AGF)	53
5.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE	55
5.4 TIPOS DE PRODUTOS.....	58
5.5 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO.....	61
5.6 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	62
5.7 PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES.....	64
5.8 PERSPECTIVAS FUTURAS	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS	75
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO	75

PREÂMBULO

Antes de dar início ao momento escrito desta pesquisa, acredito ser de grande importância contar brevemente as motivações que me trouxeram até aqui, e para tal, acredito ser justo e coerente escrevê-lo em primeira pessoa.

Começo com um fato – sobre mim – que é o de acreditar que nada acontece ao acaso. Dito isto, sigo minha narrativa a partir de meu ingresso a universidade, com a licença de lembrar que a mesma foi pública, gratuita e de qualidade. Em meu segundo semestre acadêmico, tive a honra e alegria de ser aprovada em um projeto de extensão, denominado: ‘Farinheiras no Litoral do Paraná’, e confesso, não fazia ideia do que me aguardava após meu aceite. Em resumo, foram quase três intensos anos de muita pesquisa, muitas idas a campo e um universo inteiro sendo descoberto por mim e por outros queridos colegas. E o que isto tem a ver com esta pesquisa, e com minha escolha por esta pós-graduação? Bem, foi este projeto que me permitiu conhecer duas grandes paixões: o litoral paranaense, e a agricultura familiar.

De uma jovem graduanda que escolheu o curso de Gestão Ambiental porque queria mudar o mundo, a uma pesquisadora que aprendeu que o pensar/mudar local faz bastante diferença. Conhecer o meio rural de perto, aprender com Seu Ari sobre agrofloresta, roçar a área de Dona Lili, colocar as mãos num tacho de 120 anos, não tem pesquisa que seja capaz de descrever. E depois de tantas andanças, de tanto aprendizado o que mais esta jovem pesquisadora poderia querer? Mais uma vez acontecimentos que nem de longe foram ao acaso. Finalizar meu ciclo dentro desse projeto que me ensinou tanto, como seguir? Seguindo oras!

E iniciando um novo projeto, desta vez para atuar com agroindústrias rurais familiares, e claro, ainda no meio rural do litoral do Paraná. Enfim, mais quatro anos se seguiram, três projetos desenvolvidos com êxito, uma pesquisadora/gestora ambiental/extensionista rural, e mais uma enorme bagagem de aprendizados, dores e alegrias, compartilhados com professores, colegas de profissão (que viraram família), agricultores e agricultoras que nos acolheram e nos ensinaram a cada conversa, reunião, viagens, e claro, tudo isso com os melhores alimentos.

Dito isso, da forma mais sucinta possível, para contar que a minha escolha de pós-graduação, mais uma vez não se deu ao acaso. Eu não sabia nem de longe o que estaria por vir, mas buscar o orientador que me acolheu pela primeira vez dentro da universidade, e seguir pesquisando os agricultores familiares do litoral do Paraná

eram minhas duas únicas certezas. Entre suor, lágrimas, risadas, inquietações, incertezas, café, novos e velhos amigos, novas e velhas leituras, novos saberes, novos e acolhedores agricultores e agricultoras, chegamos até aqui, sim chegamos, porque parafraseando meu querido Raul Seixas, sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade.

Aproveito este último parágrafo para uma confissão: Escrever para mim, foi em muitos momentos, solitário e doloroso, porém, lembrar o que me fez chegar até aqui, e buscar encerrar este ciclo com a certeza de que minha atuação junto a agricultura familiar no litoral do Paraná continua, me faz aguardar sorrindo pelos próximos capítulos.

INTRODUÇÃO

A busca pelo crescimento econômico em consonância a lógica urbana-industrial encontra-se oposta ao desenvolvimento, já que este visa interligar as dimensões ambientais, culturais, econômicas e sociais, transpassando estas questões em todos os setores da sociedade contemporânea, seja na esfera política, social e econômica.

No contexto brasileiro, a industrialização foi primordial para o processo de desenvolvimento, ocorrendo na prática a analogia de uma a outra. Em contrapartida a esta convergência, Furtado (2004, p. 485), coloca que o “desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade”.

Partindo deste pressuposto, em relação ao espaço rural¹, se faz necessário buscar um estilo de desenvolvimento que respeite as dinâmicas dos indivíduos que nele vivem, e para tal, a presente pesquisa apoia-se no desenvolvimento sob a ótica do território, que segundo Saquet (2009, p. 81), “é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades”. Esta, ainda considera três características principais: as relações de poder, as redes e as identidades, e os processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço (SAQUET, 2009, p. 81).

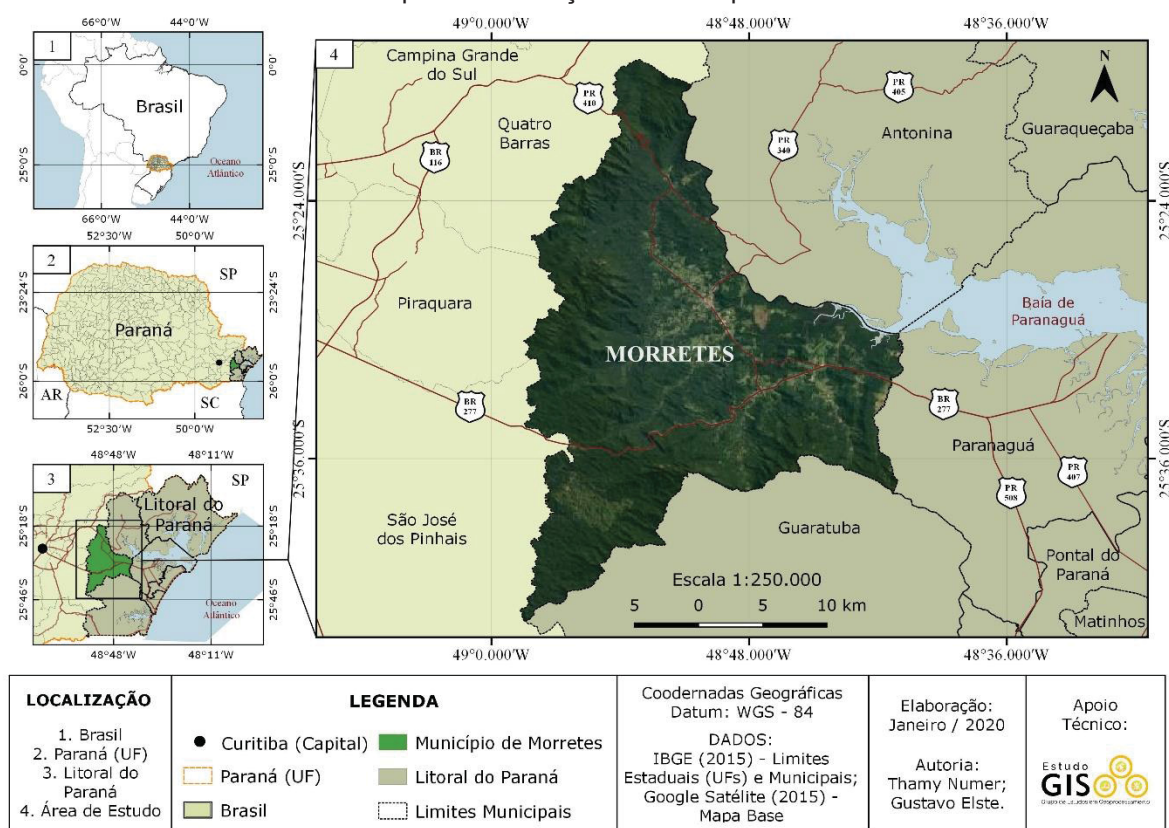
Visando a dinamização deste espaço a partir do tema de desenvolvimento denominado territorial, a pesquisa ocorre no litoral do Paraná, composto por sete municípios, ocupando uma área de 6.058 km² considerada um *hotspot* de biodiversidade com o bioma Mata Atlântica, fazendo divisa com o litoral de São Paulo, ao norte, e de Santa Catarina, ao sul. Em relação à economia, existem particularidades de acordo com cada município. Como reitera Pierri et al. (2006), as características econômicas podem ser simplificadas pelas principais formas de uso do

¹ Segundo WANDERLEY (2001) o espaço rural refere-se à “construção social resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social, da estrutura de posse e uso da terra e dos recursos naturais, além da conservação e uso social das paisagens naturais e das relações campo-cidade”. Em segundo momento, “enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive com as particularidades do modo de vida de referência identitária”.

solo costeiro, ou seja, portuário, agrícola, pesqueiro, turístico e os destinados à conservação dos ecossistemas e sua diversidade biológica.

A região de estudo, mais especificamente é o município de Morretes (figura 01) que se destaca por ser uma cidade histórica, onde o conjunto urbano e paisagístico da cidade é composto por diversas construções que confere ao sítio um significativo valor histórico, e pelo seu investimento no turismo gastronômico tendo como prato típico o barreado, e a realização semanal de uma feira com produtos advindos da agricultura familiar do município. Outro espaço importante é a Feira do município, que ocorre semanalmente no centro da cidade, contribuindo também para o escoamento dos produtos da região. O município possui extensão territorial de 684,580 km² com estimativa de 16.446 habitantes para o ano de 2020 (IBGE, 2020), sendo seu ambiente predominantemente rural.

FIGURA 1 - Mapa de localização do município de Morretes/PR



FONTE: Gustavo Elste e Thamy Numer (2020).

Neste contexto, a presente pesquisa pretende compreender algumas das potencialidades e dificuldades, a partir da perspectiva do território, vivenciadas pelas

famílias que possuem agroindústrias e atuam na feira semanal do município de Morretes, visando identificar estratégias que propiciem a dinamização do meio rural.

Visando tal compreensão, a escolha por agroindústrias familiares participantes da Feira Semanal de Morretes não se deu ao acaso. Ainda no campo exploratório, descobriu-se que a feira existe desde a primeira metade da década de 1990, e que no ano de 2018 fundou sua associação, mostrando-se um canal de comercialização já consolidado na região.

Partindo então da contextualização apresentada, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como as agroindústrias familiares participantes da Feira Semanal de Morretes podem contribuir para diversificar as estratégias de desenvolvimento territorial para o município de Morretes?

Buscando responder tal pergunta, a pesquisa teve como objetivo geral identificar como a convergência entre agroindústrias familiares e a Feira Semanal de Morretes podem dinamizar estratégias para o desenvolvimento territorial do município. Para atingir tal objetivo, se faz necessário:

- Levantar características sociais, econômicas e ecológicas das agroindústrias familiares participantes da Feira Semanal de Morretes considerando o contexto histórico de desenvolvimento desta atividade na região;
- Compreender como a Feira Semanal de Morretes contribuiu e contribui para a permanência e consolidação das agroindústrias familiares no meio rural, evidenciando sua relação histórica com a mesma;
- Compreender a construção social do espaço-território, identificando potencialidades e dificuldades das agroindústrias familiares participantes da feira semanal do município de Morretes;
- Identificar o potencial dos produtos ofertados pelas agroindústrias familiares em fomentar uma cesta de bens e serviços, com vistas a dinamização do território.

A presente pesquisa divide-se em cinco capítulos, sendo o primeiro responsável por trazer o referencial teórico do desenvolvimento territorial e suas estratégias, buscando as definições de território a partir da construção social em que se dá o contexto da pesquisa.

O segundo capítulo aborda as estratégias da agricultura familiar, sobretudo as estratégias adotadas pelos atores sociais envolvidos nesta pesquisa, que

consistem na feira como canal de comercialização, e as agroindústrias rurais familiares, como estratégias de reprodução socioeconômica.

O terceiro capítulo descreve a metodologia e os procedimentos utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

O quarto capítulo trata das potencialidades e dificuldades do território, a partir de referencial teórico acerca do litoral do Paraná, com foco no município de Morretes, e em principal nas percepções dos atores sociais envolvidos nesta pesquisa.

O quinto e último capítulo, busca emergir os resultados da pesquisa de campo realizada a partir de questionário semiestruturado, dividido em sete categorias, com perguntas abertas e fechadas que foram: Perfil da família responsável pela agroindústria; Atividades desenvolvidas na propriedade; Tipos de produtos; Características gerais da unidade de processamento; Canais de comercialização; Participação em associações, e Perspectivas futuras.

Permeada por este contexto, a presente pesquisa pretende compreender algumas das potencialidades e dificuldades, a partir da perspectiva do território, vivenciadas pelas seis famílias que possuem agroindústrias e atuam na feira semanal do município de Morretes, permitindo um novo olhar acerca do que é desenvolver-se enquanto sociedade, buscando alinhar uma nova realidade socioeconômica às questões ambientais.

CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUAS ESTRATÉGIAS

Anterior à discussão sobre desenvolvimento e mais precisamente acerca do modelo de desenvolvimento denominado territorial, se faz necessário aprofundar a discussão sobre o conceito de território, e como ele se constrói no espaço a ser estudado. Para Bozzano (2009, tradução nossa), uma concepção de território - como espaço socialmente construído – teoricamente sólida e de amplo alcance em objetos de investigação e por sua vez em objetos de intervenção, são pilares dele, o entendimento, a inteligência e o desenvolvimento territorial. Segundo Saquet (2009), “a essência do conceito de território está nas relações sociais e mediações entre a sociedade e a natureza”. Para o autor, “o território e a territorialidade são produtos entrelaçados entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e destes com indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares entre diferentes níveis territoriais” (SAQUET, 2009, p. 78).

Para adentrar na discussão acerca do desenvolvimento territorial, se faz necessário compreender que este estilo de desenvolvimento segue o contexto social no qual ele é inserido, e a nomenclatura utilizada (não mais utilizando o termo desenvolvimento local), se dá, segundo Pecqueur (2006), pelo fato de não induzir a ideia de pequena dimensão, ou menor escala.

Uma ressalva pertinente, trazida por Carrière e Cazella (2006), coloca em destaque que a noção de desenvolvimento territorial apresenta um sentido bastante diferente nos países da Europa Ocidental e do Brasil. Esta ressalva se faz necessária na medida em que os estudos acerca desta temática têm como referencial empírico regiões que apresentam expressivos indicadores de desenvolvimento. Levando em conta as diferenças destas regiões, Carrière e Cazella (2006), trazem dois modelos teóricos de sustentação às propostas estratégicas de desenvolvimento:

- a) um desenvolvimento centralizado e estatal, baseado em grandes complexos urbanos e industriais, que predominou no pós-guerra; e b) um desenvolvimento descentralizado, voltado para a valorização dos recursos locais e dos pequenos centros urbanos integrados ao seu entorno rural, cuja origem está associada à crise econômica do final dos anos 1970. Pode-se dizer que, no primeiro caso, a abordagem é funcional, enquanto que no segundo ela é “territorial” (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p. 24).

Neste sentido, as reflexões acerca do desenvolvimento e as análises do espaço geográfico eram ignoradas até o início da crise econômica dos anos 1970,

onde então começaram a ser discutidas de forma associada. É neste momento então, que o *espaço-lugar* (até então visto como suporte de atividades econômicas), é substituído pela ideia de *espaço-território* carregado de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento (Lacour, 1985, *apud* Carrière e Cazella, 2006, p.33). A noção de território designa aqui o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

A diferenciação do espaço-lugar para espaço-território se dá pela sua “construção”, a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. É esta noção de território que resulta da confrontação dos espaços individuais dos atores, seja em sua dimensão econômica, sociocultural e ambiental. Sendo assim, o território complexifica o espaço-lugar funcional, constituindo uma variável explicativa, onde Pecqueur (2006) sugere que, “o território pode ser definido como uma construção social de um grupo combinado, em alguns momentos podendo ser provisório, estruturado em torno de recursos compartilhados”. Geralmente, esses recursos estão ligados a (oriundos de) um espaço físico bem delimitado.

Esta configuração mutável do território, nos leva ao que Carrière e Cazella (2006), chamam de características das dinâmicas territoriais, que são: a) elas são múltiplas e sobrepostas, além de impermanentes; b) na maioria das vezes seus limites não são nítidos; e c) elas buscam valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou “escondidos”. Aqui os “recursos” são entendidos como fatores a serem explorados, organizados, e até mesmo revelados. Quando um processo de identificação e valorização de recursos latentes se concretiza, esses recursos se tornam “ativos” territoriais (Carrière e Cazella, 2006). Estes recursos e ativos configuram-se em genéricos e específicos, e pensando nas dinâmicas territoriais, cabe aqui trabalhar sob os recursos específicos, pois estes são intransferíveis, resultando de um processo de negociação de atores com diferentes percepções e competências. É este processo de especificação que consiste na diferenciação de recursos que os atores locais revelam no processo de resolução dos problemas comuns. Para Carrière e Cazella (2006), o ponto máximo de maturação de um território construído consiste na geração de uma “renda de qualidade territorial”, e é neste sentido que a cesta de bens e serviços trabalhada por Pecqueur (2006), surge como um objetivo específico desta pesquisa, e que será melhor discutida nos próximos parágrafos.

Pensar o território e suas dinâmicas é também compreender que ele é ao mesmo tempo, uma criação coletiva e um recurso institucional, e as transformações das propriedades neste território, podem gerar e maximizar o processo de valorização de diversos recursos. Refletindo sobre estas dinâmicas e na construção coletiva de um território, podemos compreender o quão complexo é este modelo de desenvolvimento, e impossível de ser pensado de forma genérica, dispondo de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra. O território não é, portanto, simplesmente uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade complexa, ao mesmo tempo humana, social, cultural e histórica (Carrière e Cazella, 2006).

A partir das definições de território, e do modelo de desenvolvimento dito territorial, é importante lembrar que a presente pesquisa se situa na convergência entre agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Segundo definição de Schneider e Tartaruga (2004),

O desenvolvimento rural foi definido como um processo resultante de ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 109).

Desta forma, nota-se uma convergência entre estes dois modelos de desenvolvimento, pois ambos se relacionam a processos de mudança social, melhoria de qualidade de vida e ampliação das liberdades individuais (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 109). Neste sentido, o desenvolvimento territorial rural pode ser visto de uma perspectiva que visa orientar ações, e estudar e analisar a atuação dos atores sociais e das instituições envolvidas a partir de uma referência territorial (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 110). Relacionando com a presente pesquisa, esta tem como referência territorial a feira semanal do município de Morretes, seus atores sociais, os agricultores e agricultoras entrevistados, e as instituições atuantes, sendo a prefeitura do município, vigilância sanitária e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

A partir desta convergência, é possível buscar um diálogo entre as perspectivas do território e os processos de mudança social no espaço rural, onde Schneider e Tartaruga (2004) trazem duas dimensões: a dinâmica das formas sociais de trabalho e produção e os processos de organização social e participação política.

Partindo da abordagem territorial, esta pode ser incorporada na análise de dinâmicas de reprodução da agricultura familiar, seja por atividades agrícolas ou não-agrícolas, inserção mercantil, entre outras. Em relação à dinâmica das formas sociais de trabalho e produção, focaliza-se, duas dimensões que são os mecanismos socioeconômicos de reprodução da agricultura familiar e o lugar geográfico onde transcorrem os processos de mudança social rural (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 111).

Trazendo estas dimensões para a presente pesquisa, temos como estratégia produtiva as agroindústrias rurais familiares (agregação de valor e processamento de suas próprias produções), vinculando-se com outros atores do território, mediados por um canal de comercialização, que neste caso é a feira semanal, e também por inserção em outros mercados de trabalho (fora da propriedade), demonstrando a pluriatividade em suas atividades.

Como já salientado, o território em suas múltiplas dimensões também é visto como espaço coletivo e em construção, e este implica em processos de organização social e participação política, e como trazem Schneider e Tartaruga (2004), os territórios apropriados ou dominados podem ser reconhecidos e compreendidos a partir da participação dos indivíduos na efetivação, por exemplo, de políticas públicas.

Neste sentido cabe ressaltar que um dos dados levantados pela presente pesquisa, foi o de que após a criação da Associação dos Feirantes do Rio Nhundiaquara de Morretes/PR, o coletivo formado por vinte e sete feirantes conseguiu aprovar uma lei que estabeleceu a feira em seu local atual², trazendo mais segurança quanto a consolidação deste importante canal de comercialização.

Assim, os processos de organização e construção social se fortalecem na medida em que o território vai sendo apropriado e resignificado. Desse modo, os atores e sujeitos do território são convocados a auxiliar e participar de projetos e iniciativas, e tornar-se corresponsáveis por seu desígnio (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 111).

Importante ressaltar que em muitos casos, e também como levantado nesta pesquisa, a participação social junto a órgãos gestores e as políticas públicas, ainda

² O local de origem da feira semanal do município de Morretes foi a Rua Antônio Gonçalves do Nascimento, mais precisamente onde atualmente existe o Restaurante Casarão Olimpo. Atualmente a feira localiza-se entre as ruas XV de Novembro e Largo Dr. José dos Santos Pereira Andrade, as margens do Rio Nhundiaquara, permanecendo no Centro Histórico da cidade desde seu início (A autora, 2020).

são insuficientes, causando consequentemente um distanciamento da realidade social, e neste sentido a presente pesquisa visa contribuir com o levantamento de informações, demonstrando a relevância da produção advinda da agricultura familiar, mais precisamente de uma estratégia de reprodução socioeconômica que é a agroindústria familiar rural e seu principal mercado, a feira semanal do município, sendo nesses momentos que os lugares, e a partir deles, podem adquirir um caráter territorial, de apropriação de espaço (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 112).

Em relação a estratégias de reprodução socioeconômica, a presente pesquisa aponta que a além das AGF's, outras atividades são realizadas, ou possuem potencial como novas estratégias. Dos seis entrevistados, cinco demonstram interesse em ampliar suas produções e consequentemente seus canais de comercialização, permitindo atingir um dos objetivos específicos da pesquisa, identificar o potencial dos produtos ofertados pelas agroindústrias familiares em fomentar uma cesta de bens e serviços, com vistas a dinamização do território.

Para compreendermos este modelo a partir da ótica do desenvolvimento territorial, se faz necessário visualizar que esta realidade específica, nos revela uma descentralização dos processos produtivos aliados a atividade produtiva de forma “situada”, tornando-se mais nítida a relação de determinada atividade com características relevantes do meio biofísico e social correspondente (Pecqueur, 2006). Segundo o autor, estudos teóricos acerca do tema aliados a suas observações empíricas, têm permitido evidenciar a existência de uma renda dita de *qualidade territorial*.

Esta renda de qualidade territorial é uma renda organizacional: ela reflete a capacidade dos atores locais de, mediante certos dispositivos institucionais, captar a disposição dos consumidores de pagarem por aspectos relacionados ao ambiente do produto. O seu desenvolvimento resulta da adoção de uma estratégia territorial de longo prazo, que envolve tanto os produtores, os agentes da transformação e as cooperativas, quanto as instituições de coordenação do desenvolvimento local (PECQUEUR, 2006, p. 136).

A partir da evidência e da definição desta renda chamada de qualidade territorial, Pecqueur (2006) traz o modelo da “cesta de bens e serviços territorializados”, como uma hipótese de articulação dos modos de valorização de diversos produtos em torno de uma mesma construção cognitiva na escala de um território. Para melhor compreensão acerca deste modelo, se faz necessário entender sua construção teórica, que é apresentada por Pecqueur (2006), como a junção de

características de outros dois modelos: *Bundle* e AOC (Denominação de Origem Controlada). Benko e Pecqueur (2001), adentra nestes modelos admitindo que a especificidade de um dado lugar influencia a natureza dos recursos produzidos, e isto significa reconhecer que o contexto da produção exerce um papel determinante nos processos produtivos. Pode-se dizer então, que a produção se encontra enraizada no espaço físico e também nas práticas historicamente constituídas. Para um melhor entendimento em relação a estes três modelos, abaixo o quadro criado por Pecqueur (2006):

QUADRO 1: Comparação das características dos modelos *bundle*, AOC e cesta de bens

Modelo bundle Combinado mas não-situado	Modelo AOC Situado e não-combinado	Modelo cesta de bens Situado e combinado
Informação insuficiente sobre o produto	Transparência do produto	Transparência do produto
Excedente comercial	Excedente ligado a um diferencial de qualidade e de reputação	Excedente compartilhado
Excedente beneficia um intermediário comercial	Excedente beneficia um grupo de produtores especializados	Excedente beneficia um “clube” de beneficiários privados e públicos
Bens substituíveis	Bens parcialmente substituíveis	Bens insubstituíveis
Mercado do tipo “entrega”	Sem regras entre os mercados do tipo “entrega” e do tipo “shopping”	Mercado do tipo “shopping”
Sem construção institucional	Construção Institucional	Construção Institucional
Temporalidade: pontual	Temporalidade: cumulativa	Temporalidade: trajetória

FONTE: Bernard Pecqueur (2006).

A partir desta breve colocação acerca dos três modelos, é possível perceber que a cesta de bens não se identifica como *bundle*, e tampouco com o produto de qualidade territorial do tipo AOC, e sim apresenta características de ambos os modelos. Uma questão importante acerca da hipótese da cesta de bens, é que o consumidor tem o poder de compor livremente sua cesta, sendo que um produto possa ser considerado “líder”, atraindo consumidores que também apreciam a

qualidade dos outros produtos da cesta, reforçando assim, a imagem de qualidade global do território. A cesta é, portanto, constituída por produtos ou serviços oriundos de diferentes produtores e de lugares de um mesmo território e seu consumo não é necessariamente simultâneo (PECQUEUR, 2006, p. 144).

Outra característica relevante é o valor da cesta e seu poder associado ao potencial de uso. O consumidor da cesta de bens e serviços procura, na realidade, uma especificidade que só se percebe através da combinação específica do território considerado. A exemplo há que se considerar que a cesta não é uma adição de bens privados justapostos, e sim uma combinação de bens privados e bens públicos. Os bens públicos podem ser considerados amenidades ambientais (paisagens, climas...), mas também investimentos públicos, e aqui fazendo a ligação com o local de estudo escolhido, o município de Morretes que possui uma diversidade de paisagens naturais, além de seu histórico turístico e a riqueza de estar inserido num *hotspot* de biodiversidade.

Como colocado no quadro acima, a oferta dos produtos da cesta, provoca uma interdependência entre os produtores, constituindo no que Pecqueur (2006), trata como um “clube” de atores. Segundo o autor,

A renda gerada pela valorização do efeito da cesta será apropriada em primeiro lugar pelos produtores do produto líder, mas também pelo conjunto de atores que contribuíram para sua criação, e que tem interesse em se beneficiar dessa renda. Sendo assim, o processo de elaboração da cesta implica numa organização particular de atores sociais (PECQUEUR, 2006, p. 145).

Cabe ressaltar, que os atores que constituem este modelo, passam a integrar um sistema de construção social da renda e qualidade territorial, sendo sua principal motivação, claro, a busca em agregar valor aos seus produtos, incrementando sua renda, mas, além disso, o sentimento de pertencimento a um conjunto de valores compartilhados, permitindo então a constituição do clube. Em tempo, o termo *clube* atribuído por Sandler e Tschirhart (1980) significa:

Um grupo constituído voluntariamente que se beneficia de forma mútua, compartilhando uma ou mais das seguintes características: custos de produção, características comuns aos membros ou um bem cuja valorização não pode ser individualizada. (SANDLER E TSCHIRHART, 1980, *apud* PECQUER, 2006, p. 146).

Pecqueur (2006) caracteriza a cesta de bens e serviços territoriais em três partes, sendo estas:

i) um conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais; ii) uma combinação de bens privados e públicos, que convergem para a elaboração de uma imagem e de uma reputação de qualidade territorial; e, finalmente; iii) uma organização interativa entre os produtores da cesta (clube), visando internalizar a renda de qualidade territorial (PECQUEUR, 2006, p. 146).

Outra característica já colocada no quadro acima, diz respeito ao tipo de mercado chamado “shopping”, onde entende-se que os consumidores vão à procura de seus vendedores. Esta situação remete ao modelo um mercado visto como duplamente limitado, já que a cesta acaba por definição sendo produzida e consumida no local. Em relação a modalidade de repartição dos excedentes, a mesma é vista pelo autor como particular e dependente da configuração do clube, porém trata este excedente como sendo retornado aos produtores do produto, e seus benefícios retornando também igualmente aos membros do clube (Pecqueur, 2006, p. 147).

Visando seguir as definições de desenvolvimento territorial, o território como já dito, pode ser definido como uma construção social de um grupo combinado, onde as particularidades socioambientais devem ser sempre respeitadas, compreendendo a abordagem territorial como um processo essencialmente dinâmico, que visa a formulação e a resolução de problemas, por muitas vezes inéditos.

Neste sentido, o ponto de partida desta pesquisa são os agricultores familiares que utilizam suas AGF's como estratégia de reprodução socioeconômica e que têm como principal canal de comercialização, a feira semanal de Morretes, visando reflexões acerca das dinâmicas territoriais que marcam a presença e a transformação da agricultura familiar em espaços tão diversos e heterogêneos como os que se presenciam no meio rural (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 112), referindo-se a maneiras de transformação em ações e objetos, emergindo nestas situações particulares que valorizem seus recursos específicos, possibilitando dinamizar estratégias de desenvolvimento territorial para o município de Morretes, litoral do Paraná.

CAPÍTULO 2 – ESTRATÉGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para melhor compreendermos a agricultura familiar no Brasil, se faz necessário buscar a originalidade do campesinato brasileiro, que segundo Wanderley (1996, p. 8), “reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira”. Para a autora, no Brasil, a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar subalterno na sociedade brasileira, o que nos leva a compreensão de que a história do campesinato no Brasil é marcada por lutas visando conseguir seu espaço próprio na economia e na sociedade (WANDERLEY, 1996).

Importante ressaltar que, a categoria social denominada “agricultura familiar”, emergiu no contexto brasileiro a partir da década de 1990. Schneider (2003), traz dois eventos que aconteceram neste período e que tiveram grande relevância social e política no meio rural, especialmente na região Centro-Sul do Brasil. Primeiramente, em relação ao campo político, onde, segundo Schneider (2003, p. 99), “a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)”. Ainda nesta contextualização histórica, os anos 1990 assistiram a uma efervescência de movimentos sociais, e diante dos desafios perante o mundo rural, como a falta de crédito agrícola e queda dos preços de produtos agrícolas para exportação, “a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais” (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

O segundo evento diz respeito a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político, que de acordo com Schneider (2003), está relacionada a legitimação que o Estado lhe concede, ao criar em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa, segundo Schneider (2003),

Nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

O PRONAF continua existindo atualmente contando com oito subprogramas, e por definição do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, tem por objetivo:

Financiamento à implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando a geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar (BNDES, 2019).

Ainda através das definições de Wanderley, a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção (ainda que nem sempre detenham a posse da terra, podendo essas ser arrendadas ou cedidas, por exemplo), assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1996). Chayanov (1974, p.11), destaca que apesar de ser proprietário dos meios de produção o camponês se diferencia da empresa capitalista pois essa tem por base a extração do trabalho assalariado e por prioridade a maximização do lucro, enquanto a "produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família". É importante notar que no conceito chayanoviano, o mercado não é um fator de destaque, sendo a motivação base do agricultor no que diz respeito a sua produção as necessidades familiares.

Citando o agricultor familiar moderno, alguns autores o caracterizam em sua distinção do campesinato. Abramovay (1998, p.22) eleva o agricultor moderno a um patamar social mais avançado em relação ao antigo camponês. Para o autor, uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas tais, não deve ser caracterizada como camponesa. Desta forma, a integração agricultor/mercado torna-se um fator de destaque para o autor na descrição do agricultor familiar contemporâneo.

Buscando aprofundar a conceituação da categoria social denominada "agricultura familiar", Wanderley aponta uma importante reflexão acerca da mesma, tratando das rupturas e continuidade entre "agricultura familiar" e campesinato. Ressalta-se aqui, o entendimento de que o camponês tradicional não tem propriamente uma profissão, e sim que o seu modo de vida articula as múltiplas dimensões de suas atividades, onde o seu saber tradicional, aquele passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico (WANDERLEY, 2003). Neste sentido, é possível perceber uma confluência no entendimento do campesinato em relação ao autor do parágrafo anterior, porém, Wanderley vai além, trazendo a reflexão de continuidade entre as categorias, e aqui entende-se que ambas não são excludentes uma à outra.

Compreendendo a categoria “agricultura familiar” no seu contexto social e histórico, constata-se que a mesma é posterior ao campesinato, e, segundo Wanderley (2003, p. 47), “o agricultor familiar, é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato”. Ou seja, o agricultor familiar moderno traz consigo sua história e consequentemente suas origens campesinas, construindo sua condição de ator social, parceiro de um projeto de sociedade – e não um simples objeto de intervenção do Estado – sendo esta condição concedida principalmente pela dupla referência à continuidade e à ruptura.

Diante deste contexto, deve-se considerar a capacidade de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos sociais, compreendendo que o agricultor não deixa de ser camponês, pois a família continua sendo o objetivo principal de definição de estratégias de produção e reprodução, e isso não impede a diversificação de suas atividades e integração a mercados (WANDERLEY, 2003).

Ainda há uma outra abordagem da agricultura destacada por Wanderley, onde a mesma define por, “tratar da construção de novas facetas de uma identidade social que pretende representar uma posição crítica em relação ao modelo dominante de agricultura moderna (WANDERLEY, 2003, p. 53). Segundo a autora, em muitos países de agricultura moderna, a crítica ao modelo vem de agricultores familiares que se denominam camponeses, e defendem um modelo fundado na qualidade dos seus produtos, propondo um pacto entre produtores e consumidores, sendo o agricultor familiar aquele que conhece a terra, as plantas e os animais de forma especial, sentindo-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza (WANDERLEY, 2003).

Partindo desta compreensão da agricultura familiar como categoria social, é possível reconhecer toda sua complexidade e diversidade que a categoria demonstra, sendo indispensável o respeito a história vivenciada pelo ator social pesquisado, e as adaptações de suas próprias experiências, e no caso da presente pesquisa, entende-se, como trata Gazolla (2004), não sendo possível compreender o comportamento do agricultor moderno sem estudar suas relações mercantis. Contrariando a comum visão de passividade do agricultor familiar, estudos na área convergem na afirmação de que estes desempenham um papel ativo na construção de suas estratégias de reprodução permitindo a retomada de certa autonomia em relação à sociedade mercantil na qual se situam (GAZOLLA & PELEGRINI, 2011).

2.1 A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL (AGF) COMO ESTRATÉGIA SOCIOECONÔMICA

Em virtude deste contexto, o foco desta pesquisa se dá em torno de uma importante estratégia de reprodução socioeconômica na agricultura familiar, a agroindústria familiar rural (AGF). Como abordado brevemente na introdução da presente pesquisa, as AGF's se constituem como práticas de desenvolvimento rural, podendo contribuir diretamente com o desenvolvimento territorial, preservando a cultura e suas tradições, sendo a presente pesquisa uma busca por demonstrar tais práticas.

Importante ressaltar que, para construir e consolidar uma AGF como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar, se faz necessário compreender o contexto histórico do meio rural brasileiro. “Os processos de modernização e mercantilização da agricultura, sobretudo, a partir dos anos 1960, produziram uma nova organização deste meio” (SPAVANELLO, *et al.*, 2019, p. 200). Se por um lado, estes processos incentivaram a produção em larga escala, de outro afetaram negativamente pequenos agricultores. Porém, como traz Spavanello *et al.* (2019, p. 200), o desenvolvimento histórico demonstrou que a agricultura familiar ainda continuou presente, mesmo em contextos de instabilidade. Esta nova organização nos revela um rural moderno, complexo e dinâmico, onde se faz necessário um olhar local que compreenda a heterogeneidade dos atores e suas formas de organização de trabalho.

Neste sentido, o processo de agroindustrialização é uma estratégia de desenvolvimento territorial, uma vez que seus produtos são produzidos e processados dentro da unidade familiar e no contexto local (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2009). Em definição, para Agne e Waquil (2011), as agroindústrias destacam-se pelo desenvolvimento de produtos diferenciados, divergindo aos padrões de produção e consumo alimentares em massa, alternativa de renda familiar, retenção da família no meio rural, etc. Os resultados preliminares do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), consideram como produção da agroindústria rural,

Os produtos do estabelecimento agropecuário que foram beneficiados ou transformados, no período de referência, em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima que tenha sido

produzida no próprio estabelecimento ou que fora adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor (IBGE, 2017, p. 38).

Desta forma, as AGF's vêm sendo incorporadas pelos agricultores como estratégias de reprodução socioeconômica, agregando valor aos produtos através do processamento tradicional e artesanal, e reduz intermediários ao longo da cadeia produtiva (SPAVANELLO, 2019). Segundo Agne e Waquil (2016), existem dois cenários que se destacam em relação a motivação do agricultor familiar em processar seus produtos. O primeiro relaciona-se com a reprodução de práticas que já eram realizadas por gerações passadas – compreensão prática da confluência entre o campesinato e a agricultura familiar – ou ainda, pela necessidade em prolongar a vida útil da produção perecível (animal e vegetal), contribuindo para o armazenamento dos produtos (AGNE e WAQUIL, 2016). O segundo relaciona-se diretamente com a renda familiar, em especial quando a família não está satisfeita com os ganhos financeiros obtidos com a venda de produtos não processados (AGNE e WAQUIL, 2016).

Compreendendo que o meio rural brasileiro é um espaço heterogêneo e dinâmico, se faz necessário ressaltar que a agroindustrialização indica um importante papel à diversificação dos meios de vida, porém este papel só pode ser atribuído a partir do olhar do próprio agricultor, sendo esta possivelmente uma alternativa que visa garantir a autonomia em relação ao contexto socioeconômico enfrentado. Estudos realizados por Ellis (2000; 1998, *apud* NIEDERLE e WESZ, 2009, p. 81), demonstram que:

Diversificar o leque de estratégias permite reduzir a instabilidade do processo de reprodução ocasionada por possíveis falhas em uma das rendas (perda de colheitas, por exemplo) ou pela variabilidade e sazonalidade das rendas durante o ano (ELLIS 2000; 1998, *apud* NIEDERLE e WESZ, 2009, p. 81).

Desse modo, a diversificação torna-se determinante para o desenvolvimento na mesma medida em que o próprio desenvolvimento passa a ser considerado como processo de geração de autonomia aos atores sociais, afim de construir as trajetórias de vida que considerem significativas (NIEDERLE e WESZ, 2009).

Neste sentido, a presente pesquisa busca aliar as relações mercantis a produção de produtos diferenciados, ressaltando que nesta junção a cesta de bens e serviços territorializados (PECQUEUR, 2006) surge como uma alternativa de renda

de qualidade territorial, podendo ser vista também como forma de diversificação, sendo este abordado de forma mais aprofundada na última seção deste capítulo.

2.2 A FEIRA COMO ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

Adentrando a reflexão acerca de estratégias de comercialização, visando a redução de intermediários ao longo da cadeia produtiva, é primordial trazer à tona as concepções de mercados voltados a agricultura familiar. Como define Schneider (2016),

Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivos para conflitos, protestos e disputas (SCHNEIDER, 2016, p. 95).

Assumindo estas características, os mercados podem ser interpretados como um fato social, que segundo Schneider (2016, p. 95) define-se como, “toda a manifestação de caráter coletivo e coercitivo que influencia as atitudes, os valores e a ação dos indivíduos”.

Visualizando o mercado a partir do senso comum, este é uma situação que se expressa na competição entre dois ou mais agentes econômicos, estabelecendo uma disputa entre produtores, tendo como alvo o consumidor, mediados pelos preços relativos dos produtos ofertados (SCHNEIDER, 2016). Em resumo, uma relação entre oferta e demanda, mediado pelo sistema de preços.

Buscando ir além do senso comum, Schneider (2016), traz três formas de definição sobre mercados, que são:

a) o mercado como um *locus*, um espaço físico determinado em que se realizam trocas materiais de produtos e mercadorias; b) o mercado como princípio ordenador da sociedade e da economia, tal como funciona o capitalismo; e c) o mercado como uma construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais (SCHNEIDER, 2016, p. 97).

Dadas as definições, a presente pesquisa se vale da última definição, as feiras como um espaço de troca, não meramente mercantil. Estas passaram a ser sinônimos de mercados, ou seja, as feiras e mercados se confundem, pois, ambos são espaços

de trocas, onde pessoas se reúnem, ocorrem manifestações culturais e musicais, inclusive algum distúrbio (SCHNEIDER, 2016, p. 98, *apud*, BRAUDEL, 1985).

Para adentrarmos no tema feiras e sua relação com a agricultura familiar, é necessário compreender que a relação entre os agricultores e os mercados – numa concepção histórica – foi de estranhamento (SCHNEIDER, 2016). Fazendo uma rápida busca histórica, mais precisamente a época feudal, é sabido que ir ao mercado ou fazer a venda/troca de seus produtos era algo fora do cotidiano campesino, uma vez que seu saber-fazer constituía-se em cuidar da terra e criar animais, sendo a ampla maioria analfabeta e que pouco entendia de comércio (SCHNEIDER, 2016).

Importante ressaltar que por muito tempo, estudiosos dos processos de mercantilização, entendiam que a relação entre os mercados e os camponeses era prejudicial a estes. Somente nos anos 1990, mais precisamente em 1992, o autor Ploeg mostrou que a mercantilização não é, necessariamente, um processo de ruptura total da produção de pequenos agricultores e que a inserção destes nos mercados poderia, em muitas situações, fortalecê-los (SCHNEIDER, 2016).

Partindo deste pressuposto, chegamos então aos tipos de mercados existentes na agricultura familiar. Para Schneider (2016), a elaboração de uma tipologia consiste em um processo de classificação de um conjunto de entes que podem ser de natureza quanti ou qualitativa. Neste momento, pretende-se ir diretamente ao resultado da conformação dos mercados, sendo quatro tipos de mercados em que os agricultores familiares se inserem, como segue: 1) Mercados de proximidade; 2) Mercados locais e territoriais; 3) Mercados convencionais; e 4) Mercados públicos e institucionais (SCHNEIDER, 2016).

A presente pesquisa enquadra-se no tipo 2 – Mercados locais e territoriais, descritos por Schneider (2016) como:

Mercados em que as trocas passam a ser monetizadas e se configura uma situação de intercâmbio cada vez mais orientada pela oferta e demanda, assim como critérios e indicadores quantitativos. Estes mercados mantêm um locus ligado a determinados espaços, mas o seu local de atuação e os canais de comercialização já não ficam confinados a este local. À medida que cresce a demanda por produtos agroalimentares diferenciados e as possibilidades logísticas se tornam acessíveis, o território de atuação desses mercados se expande para fora de um lugar determinado. Em alguns casos, podem surgir nichos específicos. Um aspecto interessante do processo de des(re)territorialização desses mercados é o fato de que os produtos e mercadorias que transitam nestes circuitos carregam consigo as “marcas” de origem que enfatizam e valorizam tanto a procedência material dos produtos (às vezes até por meio de dispositivos formais como as indicações geográficas) como sua identidade imaterial ou simbólica (por meio de

indicações de procedência). As feiras locais e os espaços públicos de venda, como leilões e outros, são exemplos eloquentes desses mercados (SCHNEIDER, 2016, p. 124).

A partir da definição do tipo de mercado em que a pesquisa se embasa, cabe ressaltar que, segundo Krippner *et al.* (2004), “não é possível considerar os mercados como algo externo às pessoas, mas, sobretudo, como resultado de ações que são construídas pelas pessoas (*apud* AGNE e WAQUIL, 2011, p. 170). Utilizando-se da abordagem de mercados em rede para a agricultura familiar, ressalta-se que as sociedades camponesas estão imbricadas em relações de interconhecimento, como aponta Mendras (1978, p. 66):

A sociedade camponesa organiza o essencial da vida econômica no seio dos grupos domésticos: cada grupo doméstico assegura a produção de certos bens alimentícios ou outros, que consome ou troca por outros bens e serviços com outros grupos domésticos (MENDRAS, 1978, p.66 *apud* AGNE e WAQUIL, 2011, p. 171).

Ao se considerar os mercados como resultado de uma construção social, merece destaque elementos tais como os processos que levam à construção do próprio valor dos produtos, as relações estabelecidas entre agentes econômicos e a instituição de formas associativas unindo produtores e demais envolvidos no processo de troca (MALUF, 2004).

Além do olhar sob a construção de mercados, o conjunto das atividades produtivas advindas da agricultura familiar requer considerar a dimensão espacial-territorial da atividade produtiva e das relações mercantis que dela derivam (MALUF, 2004). Para o autor,

Essa abordagem implica que a unidade familiar rural é considerada como um conjunto composto de atividades complementares, que conformam a dinâmica de reprodução econômica dessas unidades, em lugar de se avaliarem apenas as possibilidades oferecidas por produto individualmente considerado, de um modo que segmenta as atividades desenvolvidas pelos pequenos agricultores (MALUF, 2004, p. 305).

Importante ressaltar que o aspecto territorial está presente em três outros componentes trazidos para o tema em questão. Primeiro, a busca pela construção de uma identidade territorial unindo-se à AGF como estratégia de agregação de valor aos produtos; segundo, o aspecto territorial permite introduzir a perspectiva de aproximar

as relações entre a produção e o consumo dos produtos, onde as vantagens da feira semanal não estão somente vinculadas a centralidade da comercialização, mas também na qualidade e confiabilidade dos produtos, aproximando produtor-consumidor; e terceiro, a dinâmica regional como consolidação da existência de relações horizontais de cooperação, reciprocidade e ação coletiva (MALUF, 2004).

Além da proximidade geográfica, que obviamente é um fator chave para a consolidação dos mercados locais e territoriais, o desenvolvimento de tais mercados é uma resultante de processos socioespaciais,

Sendo estas relações sociais construídas por processos que refletem as formas sociais de ocupação do território, as opções de estratégia dos agentes econômicos envolvidos e as ações públicas voltadas para promover as atividades econômicas locais e regionais (MALUF, 2004, p. 308).

Neste sentido, compreender o território é essencial para se analisar o espaço do estudo, que neste caso é a feira semanal do município de Morretes, do ponto de vista das agroindústrias familiares atuantes da mesma. Araújo e Ribeiro (2018), colocam de maneira pertinente que na agricultura familiar o reconhecimento do território é influenciado pelos sistemas de produção, pela lida com a terra e pelas práticas agrícolas. Os produtos que compõem este mercado são bastante particulares, sendo que no recorte da pesquisa (seis AGF's), alguns entrevistados consideram seus produtos típicos do município, a exemplo, bala de banana, cachaça e chips de banana e mandioca, permitindo notar características diferenciais inerentes à região, colaborando também com o desenvolvimento rural (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018, p. 303).

O histórico da feira estudada nesta pesquisa, e sua relação com as AGF's atuantes na mesma, serão discutidos no último capítulo desta dissertação, porém ressalta-se que assim como um dos dados obtidos pelos entrevistados foi o de considerar alguns de seus produtos como típicos da região, notou-se a relação destes com a construção de identidade de seus produtos, revelando uma associação com sua origem (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018, p. 305).

Uma informação relevante trazida através do campo exploratório, é a de que além da Feira Semanal de Morretes ser um espaço consolidado contando com 25 anos de caminhada, das 28 barracas existentes, 27 fazem parte da Associação dos Feirantes de Morretes, e destas, todas as seis agroindústrias familiares participantes

são associadas, reforçando a construção do espaço-território e fortalecendo a possibilidade de criação de uma cesta de bens e serviços do território, que segundo Pecqueur (2006), além de ser um conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais; também é uma organização interativa entre os produtores da cesta (clube), sendo este espaço - já construído e consolidado - um importante passo para o fortalecimento desta organização de atores sociais.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Minayo (1994), entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia da presente pesquisa classifica-se como uma pesquisa qualitativa, ao qual procura compreender e explicar o contexto e a dinâmica das relações sociais do objeto de estudo (RAMOS, 2009; GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Em relação ao atendimento dos objetivos, o recurso utilizado pela presente pesquisa constitui caráter exploratório, visando levantar mais informações sobre o tema em estudo. Para tal, a autora utiliza os seguintes instrumentos:

a) Pesquisa bibliográfica e documental:

A pesquisa bibliográfica e documental, teve por objetivo a realização de um arcabouço teórico acerca das principais categorias e conceitos abordados na presente pesquisa, auxiliando também, a realização das próximas etapas, que consistiu na busca do resgate histórico e cultural da Feira Semanal de Morretes, e das atividades de produção das agroindústrias familiares participantes da mesma.

b) Pesquisa de campo:

A pesquisa de campo consiste na aplicação de questionários semiestruturados utilizando de procedimentos quantitativos e qualitativos para obtenção dos dados necessários que respondem à pergunta de pesquisa levantada, o objetivo geral e objetivos específicos. Após este levantamento, que revelou seis agroindústrias familiares atuantes na feira, a autora realizou mais duas idas a campo (ambas diretamente na feira), realizadas no mês de novembro de 2019, onde a primeira visita teve por objetivo sua apresentação formal como pesquisadora, ouvindo os atores sociais que fizeram parte da pesquisa, compreendendo o funcionamento da feira e as relações sociais que se constroem neste espaço; e a segunda visita, de caráter mais próximo e objetivo, onde foram combinadas as futuras visitas para a realização dos questionários.

As visitas para a realização dos questionários semiestruturados foram acordadas previamente com os atores sociais envolvidos na ida a campo realizada no mês de novembro de 2019, sendo a data escolhida pelas famílias, todo o mês de dezembro de 2019. Em virtude do aumento da produção nesta época do ano, nenhum

ator social indicou uma data específica, porém todos relataram que a feira passa a funcionar no mês de dezembro de segunda a segunda, sendo os melhores dias para realização das entrevistas, os dias de início da semana, onde o fluxo de consumidores é menor.

Visando obter bons resultados, relacionando o tempo restante e o caráter da pesquisa, a autora que reside no município de Curitiba/PR, passou o mês de dezembro residindo no município de Morretes, estreitando relações com o local estudado, podendo assim, observar e absorver aspectos importantes para a presente pesquisa.

Para tais momentos, a autora utilizou-se dos seguintes equipamentos:

Registro escrito: utilizando-se de caderno de campo (para as anotações durante as entrevistas), e visando uma pesquisa que interfira o mínimo possível o dia-a-dia dos atores sociais³ envolvidos, utilizou-se o método de observação participante, que segundo Cardoso de Oliveira (1994), significa:

“Observação participante” significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994, p. 24).

Registro falado: utilizando-se um gravador de áudio digital (para gravar as falas além do questionário);

Registro visual: utilizando-se de câmera fotográfica (usada para demonstração visual da atuação na feira).

Buscando uma melhor visualização acerca dos procedimentos adotados para a realização desta pesquisa, utilizou-se uma matriz norteadora com os principais aspectos abordados:

³ O ator social é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma denúncia. (SOUZA, 1985, p. 12).

QUADRO 2 – MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS NORTEADORAS DA PESQUISA	COLETA DE DADOS	PRINCIPAIS AUTORES (AS)
Levantar características sociais, econômicas e ecológicas das agroindústrias familiares participantes da feira semanal de Morretes, considerando o contexto histórico de desenvolvimento desta atividade na região;	<ul style="list-style-type: none"> Litoral do Paraná; Município de Morretes; 	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas; Documentos; Dados secundários. 	Bastarz (2009); Denardin (2009); Gimenes-Minas (2013); IBGE (2020); IPARDES – Morretes (2017); PDDI de Morretes (2001); Pierri (2006); Tiepolo (2015).
Compreender como a Feira Semanal de Morretes contribuiu e contribui para a permanência e consolidação das agroindústrias familiares no meio rural, evidenciando sua relação histórica com a mesma;	<ul style="list-style-type: none"> Canais de Comercialização; Feiras; Agroindústrias rurais familiares (AGF's) 	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas; Documentos. 	Agne e Waquil (2011, 2016); Gazolla (2011); Maluf (2004); Mior (2007); Niederle (2009); Schneider (2003, 2004, 2016); Spavanello (2019); Wanderley (1996, 2003); Wess Junior (2008);
Compreender a construção social do espaço-território, identificando potencialidades e dificuldades das agroindústrias familiares participantes da feira semanal do	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento Territorial; Estratégias de desenvolvimento no meio rural 	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas; Documentos. 	Abramovay (1998); Bozzano (2009); Carrière e Cazella (2006); Haesbart; Pecquer (2006); Saquet (2009).

município de Morretes;			
Identificar o potencial dos produtos ofertados pelas agroindústrias familiares em fomentar uma cesta de bens e serviços, com vistas a dinamização do território.	<ul style="list-style-type: none"> • Cesta de bens e serviços; • Produtos locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas; • Documentos. 	Haesbart; Pecquer (2006); Saquet (2009).

FONTE: A autora (2020).

CAPÍTULO 4 – POTENCIALIDADES E DIFICULDADES DO TERRITÓRIO

O litoral do estado do Paraná ocupa uma área de 6.058 km² do bioma Mata Atlântica, fazendo divisa com o litoral de São Paulo, ao norte, e de Santa Catarina, ao sul. Localmente é representada por diversas fisionomias vegetais, em grande parte florestais e caracterizada pelas formas de relevo da Serra do Mar e da Planície Litorânea (TIEPOLO, 2015). Esta região é formada por um ambiente de alta diversidade biológica e de paisagem. Possui cerca de 265.392 habitantes divididos em sete municípios, sendo estes: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná (IBGE, 2010), sendo a estimativa total da população para 2019 contabilizada em 297.029 habitantes (IBGE, 2019).

Conforme Estados (2003), os municípios litorâneos podem ser agrupados em três grupos: os portuários Antonina e Paranaguá; os rurais Morretes e Guaraqueçaba; e os praiano-turísticos Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná. Em relação à economia, existem particularidades de acordo com cada município. Como reitera Pierri et al. (2006), as características econômicas podem ser simplificadas pelas principais formas de uso do solo costeiro, ou seja, portuário, agrícola, pesqueiro, turístico e os destinados à conservação dos ecossistemas e sua diversidade biológica.

Segundo Tiepolo (2015), as paisagens litorâneas do estado do Paraná representam os últimos remanescentes contínuos de floresta atlântica costeira do Brasil, relativamente bem conservados graças às características geomorfológicas regionais, aos processos históricos de ocupação do litoral e a presença de Unidades de Conservação (UC). Estas paisagens estão entre os principais *hotspots* de biodiversidade do planeta e fazem parte do Mosaico de Áreas Protegidas do Lagamar (TIEPOLO, 2015).

Ainda em relação as características econômicas do litoral paranaense, sabe-se que o mesmo possui alta fragilidade socioeconômica pelas principais atividades que desenvolve, sendo estas, o turismo de sol e praia e a exportação de *commodities* através do Porto de Paranaguá. Segundo Denardin et al. (2009, p.1),

A complexidade e heterogeneidade apresentada no Litoral dão origem a duas fortes contradições: de um lado, o valor da Região como patrimônio natural e para a proteção da biodiversidade e, de outro, um quadro de subdesenvolvimento que não corresponde aos potenciais regionais e ao sucesso de algumas atividades (DENARDIN *et al.*, 2009, p.1).

Conforme estudo realizado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Litoral do PR foi enquadrado no tipo 19⁴, tendo a mesma ruralidade de locais como: Juiz de Fora, Viçosa, Belo Horizonte, São Paulo, Leste Catarinense e Velhas Colônias Gaúchas. Este tipo, segundo Santos e Haliski (2018, p. 376, *apud* BITOUN et al. 201-, p. 51) se caracteriza principalmente por uma forte predominância da agricultura de base familiar (superior a 45% da área total dos estabelecimentos) e pela forte pluriatividade, propiciada pela proximidade de grandes centros urbanos, tendo como pano de fundo a discussão sobre o rural brasileiro e a reflexão sobre os espaços rurais em sua dinâmica e diversidade. Segundo o IICA (2013, p.81):

Em razão da diversificação observada nos espaços rurais nos últimos anos, alguns autores (por exemplo, Wanderley, 2009; Veiga, 2006; Graziano da Silva e Del Grossi, 2000; Carneiro, 1998) destacaram que, mais do que um renascimento, vivenciamos atualmente o surgimento de uma nova ruralidade, que seria resultado da convergência de alguns fatores, como: o aumento da preocupação com a conservação do patrimônio natural; a intensificação de outras atividades econômicas e de outros interesses sociais no meio rural, para além da prática agrícola; a atribuição de novas funções para o meio rural ademais da produção de alimentos; o aproveitamento das distintas amenidades propiciadas pelos centros urbanos próximos; e a exploração de novas fontes de energia. Como consequência, as áreas rurais passaram a ser consideradas atualmente como construções sociais específicas e diversificadas (IICA, 2013, p. 81).

4.1 O MUNICÍPIO DE MORRETES

Assim como ocorreu em Paranaguá e Antonina, Morretes também teve como primeiros moradores – além dos indígenas que ali viviam – aventureiros e mineradores vindos de povoações e vilas paulistas por volta de 1646 (GIMENES-MINASSE, 2013, p. 16). Porém, com a ausência de novas jazidas nas terras paranaenses, a população local passou a se dedicar ao pastoreio. A mudança nas atividades econômicas

⁴ Este estudo aponta que a ruralidade do tipo 19 tem como características: menos da metade da população rural trabalhando em atividades agropecuárias, taxas de renda domiciliar per capita de 1 a 3 salários mínimos, taxa geométrica de crescimento populacional de 1,85, que segundo esse estudo provavelmente estaria associado ao transbordamento de populações urbanas que passam a residir em zonas rurais, onde residentes não se ocupam em atividades agropecuárias, padrões observados na Europa e na América do Norte.

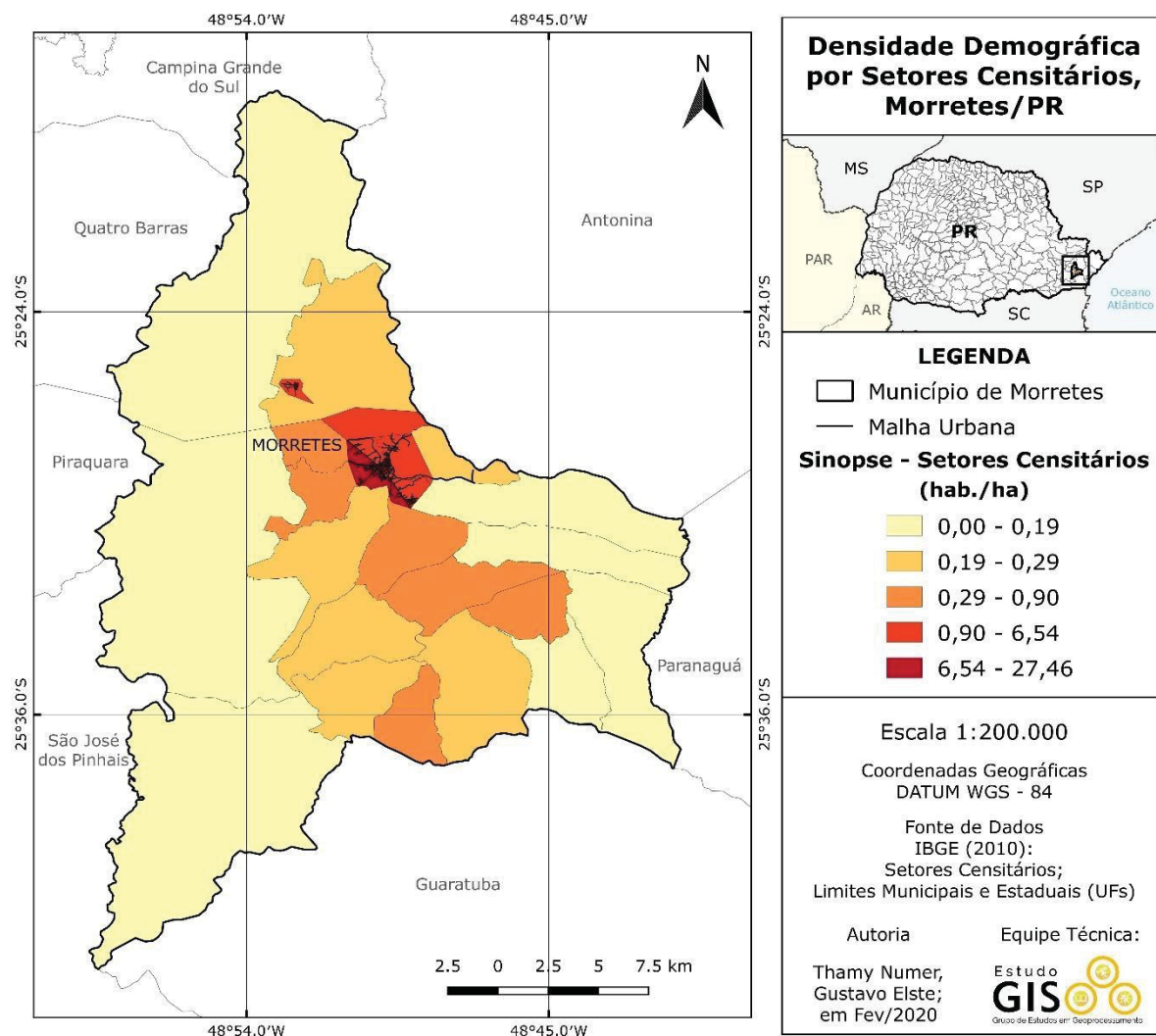
contribuiu para a dinamização do comércio local, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de novos núcleos populacionais na região, de forma que tal crescimento originou uma série de conflitos locais, especialmente nos municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá, todos de caráter comercial (GIMENES-MINASSE, 2013, p. 17).

Da mesma forma que outros territórios colonizados, Morretes ganhou contornos mais definidos com a construção de uma capela, no ano de 1767. A partir desta construção, o Porto Fluvial de Morretes começou a ter maior desenvolvimento, sendo que os tropeiros que desciam de Curitiba para o litoral através do Caminho do Itupava (rota ainda existente e que contribui ativamente para o turismo na região), começaram a fazer suas compras no Porto de Três Morretes, de forma que a ida a Paranaguá já não se mostrava necessária (GIMENES-MINASSE, 2013, p. 17).

Estes movimentos comerciais geraram conflitos entre os três municípios citados por um período bastante longo, sendo somente no ano de 1869 Morretes elevada à categoria de cidade, e não mais chamada de Vila, como era até então (GIMENES-MINASSE, 2013, p. 20). Este breve resgate histórico se faz necessário, para compreendermos que tais municípios cresceram de forma entrelaçada, e que historicamente cultivaram conflitos que ainda servem de estofo para discussões contemporâneas (GIMENES-MINASSE, 2013, p. 21).

Desta forma, é possível reconhecer que Morretes se destaca por ser uma cidade histórica, onde o conjunto urbano e paisagístico da cidade é composto por diversas construções que confere ao sítio um significativo valor histórico. O município possui extensão territorial de 684,580 km² e cerca de 15.718 habitantes (IBGE, 2010), com estimativa de 16.446 habitantes para o ano de 2020 (IBGE, 2020), sendo seu ambiente predominantemente rural.

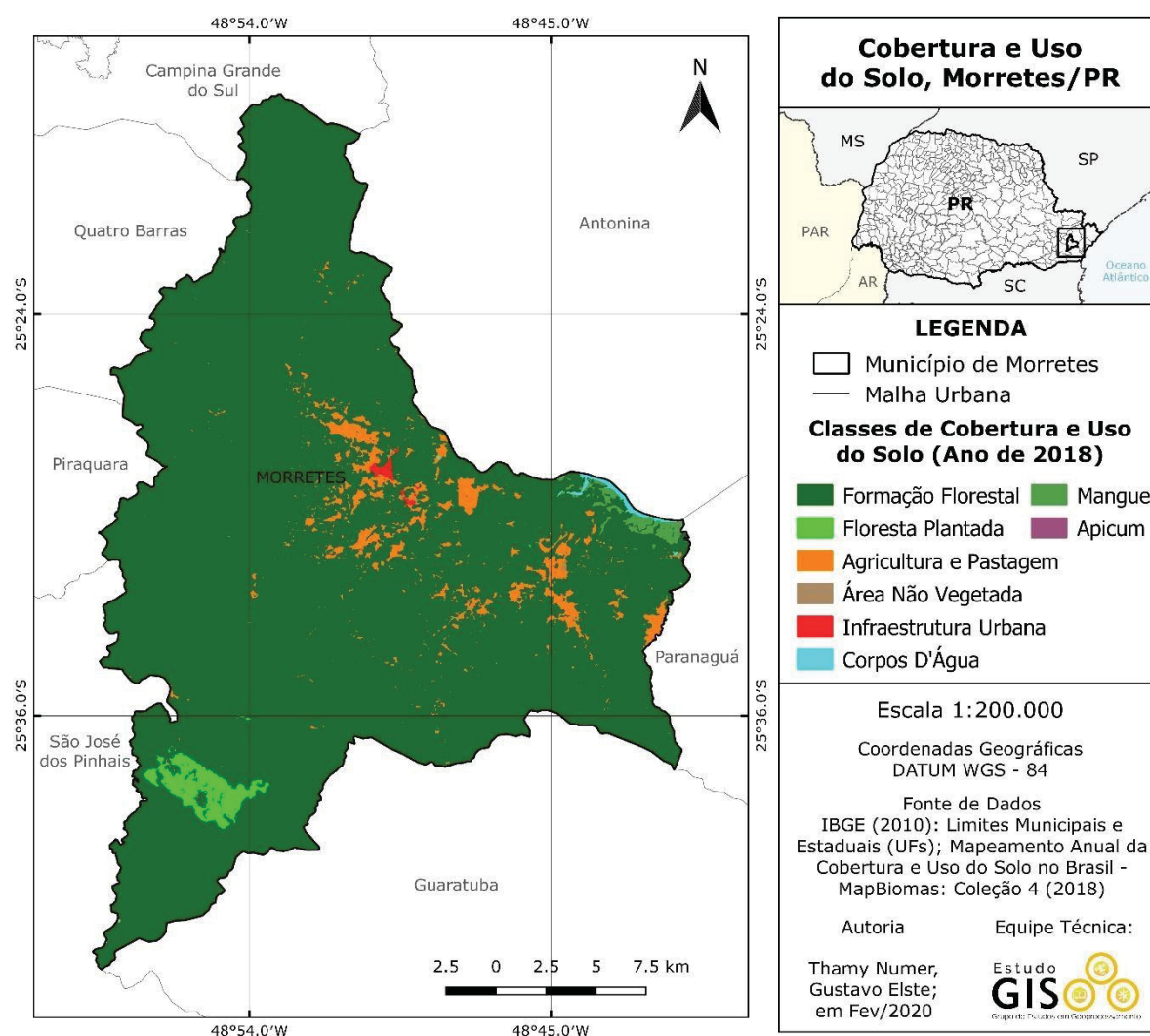
FIGURA 2 – Mapa de Densidade Demográfica por Setores Censitários do município de Morretes/PR



FONTE: Thamy Numer e Gustavo Elste (2020).

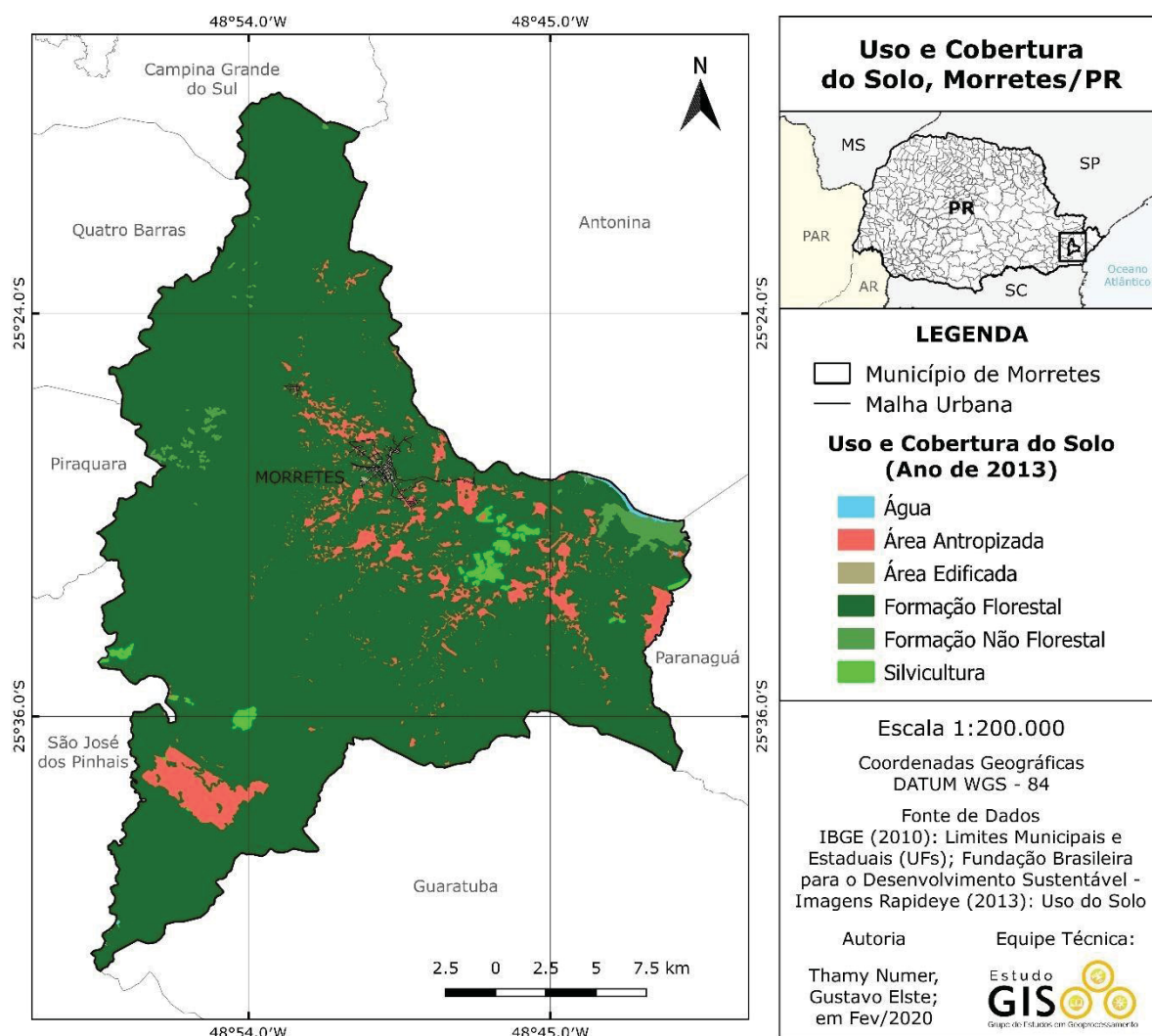
Em relação ao uso e ocupação do solo do município, este tem em sua maioria a formação florestal. Quanto ao território protegido por Unidades de Conservação (UC), das 33 áreas do litoral paranaense (TIEPOLO, 2015), seis UC's estaduais, uma UC federal e três Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN's) situam-se em Morretes (IAP/DIBAP, 2013).

FIGURA 3 – Classes de Cobertura e Uso do Solo do município de Morretes/PR



FONTE: Thamy Numer e Gustavo Elste (2020).

FIGURA 4 – Uso e Cobertura do Solo do município de Morretes/PR



FONTE: Thamy Numer e Gustavo Elste (2020).

Conhecida como a “capital agrícola do litoral” (BASTARZ, 2009), Morretes tem como uma de suas diretrizes fomentar a agroindústria e a agricultura de base familiar (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MORRETES, 2011).

A população ocupada segundo as atividades econômicas envolvendo agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura é de 1.927 pessoas (aproximadamente 12% do total de habitantes do município), sendo as principais culturas permanentes produzidas: Banana, laranja, maracujá e palmito; e a de origem animal de maior produção, o mel de abelha, chegando a 1.600 kg produzidos por ano. Já em relação a produção de culturas temporárias, a cana-de-açúcar e a mandioca se destacam, chegando a produzir juntas um total de 7.820 quilos por ano (IPARDES, MORRETES, 2017).

Para Marchioro (2002), os agricultores de Morretes podem ser tipificados como: “exploração familiar mercantil, pois dependem do mercado para adquirir grande parte de seus insumos e para vender os seus produtos, sendo importante o papel da família, em torno da qual se dá a organização do trabalho” (MARCHIORO 2002, *apud* DENARDIN et al., 2011, p. 50). Em relação a agricultura familiar de um modo amplo, sabe-se que a mesma tem sido objeto de estudo e componente no debate acerca da diversificação de atividades econômicas e sociais.

A partir das características apresentadas, observamos na presente pesquisa duas estratégias da agricultura familiar ocorrendo no território de Morretes, que são as AGF's como estratégias socioeconômicas e a feira semanal como principal canal de comercialização das mesmas. Neste sentido, buscou-se a partir do ponto de vista dos atores sociais entrevistados, conhecer quais são as principais potencialidades e dificuldades do território.

Em relação as potencialidades da região, a resposta foi unânime: Turismo. Sabe-se que o município de Morretes é conhecido por seu turismo gastronômico, em principal pelo seu prato típico, o barreado, que por sua vez é acompanhado da farinha de mandioca e da banana, ambos alimentos abundantes no território. Ainda em relação ao tema da alimentação, este envolve direta ou indiretamente a questão da identidade, que segundo Gimenes-Minasse (2013),

Liga-se a um sentimento de pertencimento a um grupo, sentimento este que é dado ao exercício do *habitus* de classe e se materializa em uma série de escolhas, práticas e rituais cotidianos (GIMENES-MINASSE, 2013, p. 31).

Para os atores sociais entrevistados, os alimentos considerados típicos ainda vão além, sendo melhor descritos no capítulo de resultados e discussões desta pesquisa. Ainda na questão do turismo como potencialidade, nos foi relatado que a rota de trem realizada na Estrada da Graciosa (trecho Curitiba-Morretes), colabora positivamente para a comercialização dos produtos na feira, como evidencia o entrevistado da AGF A: “Morretes é uma cidade turística né, tem o trem, você viu a chegada dele, lota a cidade, a feira enche sabe, aqui é muito bem visto e tem um potencial enorme a ser explorado”. O campo realizado para esta pesquisa, também evidenciou que a chegada do trem na cidade, por volta das 11:30 horas, é o momento de maiores vendas, principalmente no período de temporada – meses de dezembro a

março – e que conseqüentemente é o período do ano que os entrevistados obtêm suas maiores receitas.

Outra abordagem relevante em relação as potencialidades do território é a beleza natural de Morretes. Também de forma unânime, os atores sociais entrevistados apontaram a beleza natural e paisagística do território, evidenciando o fato da feira semanal estar localizada no centro histórico do município e ao lado do principal rio da cidade, o Nhundiaquara.

“A qualidade de vida é muito boa, a gente tem um rio que atravessa a cidade e é limpo! O ar puro que a gente tem aqui, eu acho que a gente tem que dar mais valor à nossa natureza e ver o potencial que a gente tem... Morretes tem rio, tem o pico Marumbi, tem a maior Mata Atlântica do Paraná, tem boia cross, tem escalada, tem uma estrutura muito bacana sabe para receber as pessoas... é uma cidade histórica, é linda! E claro, tem a gente né a produção local...” (Entrevistado – AGF A. A autora, 2020).

Ainda foram apontados como potencialidades, a segurança local, e a qualidade de vida em meio à natureza, como relata a entrevistada da AGF C:

“Potencial? Veja essa cidade! Viver na natureza, eu vivo no sítio então acordo com os passarinhos.... Ter paz sabe, trabalhar bem, poder envelhecer sossegada né? Vou pra Curitiba já fico com dor de cabeça né, só descer a serra e já vou relaxando” (Entrevistada – AGF C, 2020).

Em relação as dificuldades do território, duas questões foram apontadas como sendo as principais: a falta de infraestrutura da feira e a falta de apoio do poder público para com a agricultura familiar do município. No quesito falta de infraestrutura, todos os atores sociais envolvidos na pesquisa relataram a situação de incerteza e fragilidade que a feira vivenciou desde seu início nos anos 1990. Até o ano de 2018, as barracas participantes não possuíam alvará de funcionamento, sendo neste ano a criação da Associação de feirantes do Rio Nhundiaquara, que segundo eles colaborou para a aprovação de uma lei que estabelece a feira em seu local de atuação.

Porém, ainda existem dificuldades neste quesito, como o não reconhecimento da prefeitura para com a feira, não permitindo o uso de iluminação pública e água, fragilizando o mantimento dos feirantes durante a realização da mesma, conforme trazem Araújo e Ribeiro (2018), as feiras livres acabam por não serem notadas pelo poder público com a devida importância na economia local (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018, p. 307).

Conforme apontado pelos seis entrevistados, a falta de apoio do poder público local, em principal para com as suas agroindústrias se torna um dos principais agravantes para o não aumento de suas produções e consequentemente acesso a outros mercados. Como resposta à pergunta relacionada a dificuldade local, a entrevistada da AGF C aponta que,

“A dificuldade seria a falta de apoio né... poderiam ajudar a gente com os maquinários.... Porque aqui não tem muito serviço né? Ou é turismo, restaurante ou agroindústria. Então poderiam dar uma força pra gente da agroindústria...Minha vida sempre foi querer me especializar em balas, é o que eu amo sabe? Só que não me sobra tempo né, porque meu trabalho todo é manual... o ponto no tacho não é difícil..., mas o processo de enrolar, cortar, empacotar... demoro muito né, aí não dá nem pra pensar em aumentar a produção” (Entrevistada – AGF C, 2020).

A situação apontada pela entrevistada acima, de que a falta de maquinário resulta em menos tempo para produzir e consequentemente menor venda, foi apontada por outros quatro entrevistados, demonstrando o que apontam Araújo e Ribeiro (2018), por falhas das políticas públicas e a falta de percepção sobre a realidade regional, tendo em vista as dificuldades da agricultura familiar para produzir alimentos (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018, p. 306).

Percebe-se com estes apontamentos que a partir da ótica do desenvolvimento territorial rural, ainda há muita coisa a ser feita no território Morretense, e é neste sentido que a presente pesquisa buscar dar suporte a esta construção, trazendo reflexões e proposições ao final desta dissertação.

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão descritos os principais resultados encontrados por meio das entrevistas realizadas nas agroindústrias selecionadas no estudo de caso, todas participantes da Feira Semanal de Morretes, definidas como: agroindústria A (cocadas e bala de banana), agroindústria B (balas e banana passas), agroindústria C (balas de gengibre e balas de côco), agroindústria D (cachaças e licores), agroindústria E (conservas e chips de banana e aipim) e agroindústria F (chips – doces e salgados - banana, batata e aipim). Nesse sentido, procura-se caracterizar as agroindústrias familiares a partir de: dados referentes ao perfil das famílias responsáveis pelas AGF's, atividades desenvolvidas na propriedade, tipos de produtos, características gerais das unidades de processamento e seus canais de comercialização, sendo este último evidenciado pela atuação na feira do município e a convergência entre elas.

5.1 FEIRA SEMANAL DE MORRETES

Com base nas informações obtidas em campo, foi possível conhecer um pouco mais sobre a Feira Semanal de Morretes e compreender a importância da mesma para a vida dos entrevistados e a influência dela para o município como um todo. Segundo alguns dos atores sociais que responderam ao questionário e que atuam na feira desde seu início, esta foi fundada em meados de novembro de 1989, próximo ao local que acontece nos dias atuais. Na época, contava apenas com seis barracas, estas feitas de madeira, produzidas artesanalmente pelos próprios participantes, sendo que todos precisavam desmontá-las ao fim da feira e levá-las embora, o que para os feirantes era muito dificultoso pois além de tomar tempo, danificava mais rapidamente as estruturas das barracas.

Porém, desde esta época muitas modificações ocorreram. A primeira delas, em relação ao local de atuação, sendo o espaço atual (o mesmo desde 1994), consolidado em 2018, com a aprovação de uma lei que permite a realização da feira neste lugar, e em 2019 o espaço recebe um novo calçamento, visto pelos feirantes como um 'ponto positivo' feito pela prefeitura, permitindo que as barracas agora fiquem todas nas calçadas e não mais na rua como antes.

FIGURA 5 - Espaço da Feira antes da criação da calçada



FONTE: A autora (outubro, 2019).

FIGURA 6 - Espaço da Feira após a criação da calçada



FONTE: A autora (janeiro, 2020).

Outro momento importante para a feira, também abordado pelos atores sociais envolvidos na presente pesquisa, ocorreu no ano de 2012, a sua regulamentação junto a vigilância sanitária, pois até então a mesma acontecia sem alvará de funcionamento, o que para os feirantes era muito desgastante e, como relatado por alguns deles, tornava o trabalho angustiante pois a qualquer momento poderiam ser multados (como já ocorreu), ou até mesmo suas barracas interditadas.

Também nos foi relatado, que após a conquista do alvará de funcionamento por parte dos feirantes, um novo movimento aconteceu na feira: a criação de uma associação dos feirantes, tendo seu início no ano de 2018, nomeada: Associação dos Feirantes do Rio Nhundiaquara de Morretes/PR. Importante mencionar que no presente momento a feira possui vinte e oito barracas, e destas, vinte e sete fazem parte da associação, e em relação ao recorte da presente pesquisa (agroindústrias participantes da feira), todas as seis são associadas.

Segundo entrevistado da agroindústria A, que atualmente é o tesoureiro da associação, a mesma surgiu como estratégia afim de unificar a feira como espaço de caráter coletivo, e sua primeira conquista foi a aprovação de uma lei que estabeleceu a feira em seu local de atuação. Outra questão, vista como melhoria por todos os entrevistados, foi a revitalização das barracas, todas padronizadas em material de inox, levando as cores do município (verde, branco e vermelho), com placas indicando o nome do produtor/feirante. Atualmente, a busca dos associados está em conseguir iluminação própria para a feira, o que ainda não ocorre e acaba reduzindo seu horário de funcionamento, sendo um desejo comum a todos os entrevistados o de conseguir realizar a feira também no período noturno.

5.2 PERFIL DA FAMÍLIA RESPONSÁVEL PELA AGROINDÚSTRIA RURAL FAMILIAR (AGF)

De acordo com os dados obtidos em campo, a composição familiar varia entre: um componente (agroindústrias A e F), dois componentes na agroindústria C, três componentes nas agroindústrias B e E, e quatro componentes na agroindústria D. Os seis entrevistados têm idades de 25 a 60 anos e dividem-se em três homens e três mulheres (Quadro 3).

QUADRO 3 - Perfil da família responsável pela Agroindústria Rural Familiar (AGF)

AGF	IDADE E GÊNERO DO ENTREVISTADO	QUANTAS PESSOAS COMPÕE A AGF	LOCAL DE ORIGEM E LOCAL DE RESIDÊNCIA	ESCOLARIDADE DE CADA COMPONENTE	OCORRÊNCIA DE EMIGRAÇÃO
A	29 ANOS GÊNERO MASCULINO	UMA PESSOA	ORIGEM MORRETES, BAIRRO CENTRAL DE MORRETES	ENSINO MÉDIO	SIM
B	25 ANOS GÊNERO MASCULINO	TRÊS PESSOAS	ORIGEM DE MORRETES, BAIRRO SÍTIO DO CAMPO	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE, ENSINO MÉDIO COMPLETO E ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	SIM
C	46 ANOS GÊNERO FEMININO	DUAS PESSOAS	ORIGEM TIJUCAS DO SUL E MORRETES, BAIRRO CENTRAL	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	NÃO
D	52 ANOS GÊNERO FEMININO	QUATRO PESSOAS	ORIGEM UNIÃO DA VITÓRIA, BAIRRO PORTO DE CIMA	ENSINO MÉDIO E ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	NÃO
E	48 ANOS GÊNERO FEMININO	TRÊS PESSOAS	NORTE DO PARANÁ, RESIDE EM MORRETES	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E CURSANDO O ENSINO MÉDIO	SIM
F	60 ANOS GÊNERO MASCULINO	UMA PESSOA	ORIGEM DE MORRETES, MORRO DA AMÉRICA	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	NÃO

FONTE: Pesquisa a campo (2019).

Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, este varia do ensino fundamental incompleto ao ensino técnico completo, onde os entrevistados mais jovens (25 e 29 anos), possuem os níveis mais altos de escolaridade e são os principais responsáveis por suas produções, sendo relatado por ambos o desejo de continuar e expandir suas agroindústrias, demonstrando assim que os jovens passam a contribuir significativamente para a produção, nos levando a outra questão, o êxodo rural, que acaba diminuindo na medida em que as AGF's alcançam resultados positivos na absorção do trabalho familiar, aumentando as ocupações dentro da propriedade de forma a condicionar a permanência dos jovens no meio rural em condições satisfatórias. Estes resultados corroboram com os de Wesz Junior; Trentin;

Filippi (2008), em uma revisão teórica sobre agroindústrias familiares na ótica do desenvolvimento rural, produzida a partir de 14 estudos realizados nos três estados do sul do Brasil.

O perfil das famílias pesquisadas também nos permite visualizar a importância de se discutir a questão de gênero dentro das estratégias de diversificação na agricultura familiar, neste caso dando ênfase as AGF's. No recorte da presente pesquisa, temos uma divisão igualitária de gênero, sendo que das três mulheres entrevistadas, duas tem total autonomia em suas agroindústrias e uma divide suas atividades com seu companheiro. Como aponta Mior (2005, p.199), “não é somente na comercialização que a importância da mulher agricultora ganha relevo, pois a esfera da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar extremamente importante para sua ação”. Em relação à presente pesquisa, cabe ressaltar que as três entrevistadas realizam integralmente a comercialização de seus produtos, demonstrando papel de destaque também em suas vendas.

5.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE

Em relação as atividades desenvolvidas atualmente nas propriedades, dos seis entrevistados apenas dois exercem outros ofícios além de atuarem em suas AGF's, onde o entrevistado da agroindústria F atua na agricultura com plantios próprios de banana e aipim, e a agroindústria D, onde a família é também detentora de uma pousada em sua propriedade, realizando a venda direta de seus produtos (em sua maioria para os próprios hóspedes), observando-se neste caso, o conceito de pluriatividade, que segundo Schneider (2003),

Refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

Ainda sobre o conceito de pluriatividade, segundo Sacco dos Anjos; Caldas; Costa (2006, p. 3), um de seus desdobramentos é a “identificação de novos papéis (residência, lazer, preservação cultural, etc.) que os espaços rurais cumprem para a sociedade, os quais, em última instância, transcendem a esfera estrita e quase exclusiva da produção de alimentos e matérias-primas”. Neste sentido, a presente

pesquisa aponta o caso da AGF D, onde a entrevistada relata que sua pousada colabora para a comercialização do seu produto e ainda auxilia no turismo da região, “Ah, a gente gosta de receber visita né, o povo fica lá (pousada) e ainda visita nosso engenho, vê que a gente faz com cuidado, tem gente que vem comprar aqui (feira) e vai lá ver nosso engenho se faz tudo certinho” (Entrevistada Agroindústria D).

Sendo assim, é possível perceber a importância das AGF's para estas famílias, convergindo com estudos de (Wesz Junior; Niederle, 2007, p. 76) que sugerem que a agroindustrialização cumpre um papel fundamental à “diversificação dos meios de vida” no meio rural, favorecendo a construção de um portfólio variado de atividades e ativos a partir dos quais as famílias rurais podem sobreviver e melhorar seu padrão de vida.

Sobre a contratação externa de mão de obra, a agroindústria A possui contratação fixa (duas pessoas) e outras duas para a época de temporada (período de dezembro a março) e a agroindústria D contrata uma pessoa fixa para atender as necessidades da pousada e venda direta, fazendo uso de mão de obra diária em situações esporádicas, como feriados e eventos no município, assim como a agroindústria C. As agroindústrias B, E e F não possuem contratação externa em nenhuma época do ano.

Buscando compreender o histórico familiar anterior as AGF's, foi possível visualizar que três famílias (AGF's D, E e F) atuavam diretamente com agricultura, e todas responderam que passaram a realizar a agroindustrialização de seus produtos visando aumento na renda, pois a venda de produtos *in natura* não estava gerando renda suficiente para garantir a manutenção familiar. Este resultado está de acordo com Spavanello et al. (2019) que menciona que,

As AGF's vêm sendo incorporadas pelos agricultores como uma estratégia de reprodução socioeconômica na medida em que agrega valor aos produtos pelo processamento tradicional e artesanal, aumenta a autonomia da família em relação aos agentes externos e reduz intermediários ao longo da cadeia produtiva (SPAVANELLO et al. 2019, p. 204).

Ainda em relação a estas três AGF's, duas informações importantes foram levantadas: os entrevistados das AGF's E e F relataram que o início da agroindustrialização de seus produtos se deu também em função do início da Feira Semanal de Morretes, no final dos anos 1980. Na feira viram não só um canal de comercialização, mas também uma forma de dar visibilidade aos produtos da região.

A outra informação relevante pertence a AGF D, em que a entrevistada relatou que o processo de busca pela agroindustrialização de seus produtos se deu em virtude de seu companheiro sofrer diretamente com o uso de agrotóxicos em sua lavoura, que na época consistia em verduras e hortaliças. Segundo a entrevistada, seu marido adquiriu algumas doenças respiratórias e de trato gastrointestinal, e a decisão de migrar para a produção de licores e cachaças se deu pela matéria prima (cana-de-açúcar) não precisar de insumos químicos, e também por já ser realizada por parentes próximos, ou seja, a família já possuía os saberes relacionados a agroindustrialização, reforçando como coloca Wesz et al. (2008), “que as AGF’s apresentam fortes atributos no que se refere a valorização do saber fazer e do conhecimento herdado das gerações passadas, carregando consigo um sentido cultural e não meramente econômico” (WESZ et al. 2008. p. 16).

Em relação as AGF’s A, B e C, apenas o entrevistado da AGF A trabalhou fora da propriedade, mais especificamente numa loja de utilidades, demonstrando novamente o conceito de pluriatividade ocorrendo entre os entrevistados. As AGF’s B e C possuem uma tradição familiar na agroindustrialização, onde o saber fazer dentro de uma agroindústria foi passado dos pais e avós. Para Agne e Waquil (2016), um cenário que se destaca em relação a motivação do agricultor familiar em processar seus produtos é a reprodução de práticas que já eram realizadas por gerações passadas, o que na prática fica evidenciado pela vontade dos mais jovens em continuar e expandir suas produções, como é o caso do entrevistado da AGF B, em relatar que tudo o que sabe aprendeu com seu pai e seu avô materno, em suas palavras: “Tenho vontade de trabalhar muito na minha agroindústria ainda... Valorizar mais ainda a nossa terra né, tudo que eu sei da produção foram meu pai e meu avô que me ensinaram, isso não pode se perder... da minha agroindústria eu não saio!” (Entrevistado AGF B).

Todos os entrevistados afirmam estar satisfeitos com a lucratividade da agroindústria, porém quatro deles relatam que gostariam de um maior incentivo das instituições locais para a obtenção de mais maquinários e consequentemente o aumento em suas produções. Dos seis entrevistados, dois possuem como fonte de renda somente suas AGF’s, dois pontuam 90% da renda advinda das AGF’s, sendo a AGF A os outros 10% por revenda de produtos de terceiros, e a AGF F, os outros 10% advindos da agricultura. A família da AGF D tem como outra fonte de renda sua

pousada na propriedade, e a AGF E uma das produtoras tem como fonte segunda fonte de renda, sua aposentadoria.

QUADRO 4 - Atividades desenvolvidas na propriedade

AGF	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE ANTES DA AGF	OUTRAS ATIVIDADES ALÉM DA AGF	CONTRATAÇÃO EXTERNA DE MÃO DE OBRA	RENDA MENSAL COM AGF	OUTRAS FONTES DE RENDA
A	TRABALHO FORA DA PROPRIEDADE	ATUALMENTE NÃO	DUAS FIXAS E DUAS NA TEMPORADA	70.000 ANUAL	90% DA AGF E 10% REVENDA
B	DIVERSAS ATIVIDADES (CACHAÇA, FARINHA, BANANA)	ATUALMENTE NÃO	SEM CONTRATAÇÃO EXTERNA	APROX. 5.000 MENSAL	SOMENTE AGF
C	PRODUÇÃO DE CHIPS	ATUALMENTE NÃO	DIÁRIA COM UMA PESSOA QUANDO NECESSÁRIO	APROX. 3.000 MENSAL	SOMENTE AGF
D	AGRICULTURA	POUSADA E VENDA DIRETO NA PROPRIEDADE	UMA PESSOA FIXA E DIÁRIA QUANDO NECESSÁRIO	ENTRE 5.000 E 10.000 MENSAL	POUSADA
E	AGRICULTURA	ATUALMENTE NÃO	SEM CONTRATAÇÃO EXTERNA	APROX. 2.000 MENSAL	APOSENTADORIA
F	AGRICULTURA	AGRICULTURA	SEM CONTRATAÇÃO EXTERNA	APROX. 2.000 MENSAL	90% AGF E 10% AGRICULTURA

FONTE: Pesquisa a campo (2019).

5.4 TIPOS DE PRODUTOS

Os produtos comercializados pelas agroindústrias são basicamente alimentícios e de origem vegetal. Dos seis entrevistados, somente dois possuem plantio de matéria prima próprios, porém não para toda sua produção. Todos os seis adquirem matéria prima produzida no município de Morretes, sendo possível notar a

relação destes com a construção de identidade de seus produtos, revelando uma associação com sua origem (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018, p. 305). E destes, quatro complementam seus insumos através de mercados convencionais no próprio município, um também das Centrais de Abastecimento do Paraná – Sede Curitiba/CEASA (AGF A), e a AGF D recebe doação de jabuticabas do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

Nesta seção cabe destaque para a articulação entre produção *in natura*, agroindustrialização e posteriormente a comercialização dos produtos, pois em resposta unânime nos foi relatado a impossibilidade de realizar as três atividades, sendo que somente as AGF D e F possuem plantio próprio e as demais compram no próprio município, sendo somente a AGF A a adquirir uma matéria prima fora do município mais precisamente no CEASA, em Curitiba. Ainda em relação a aquisição de matéria prima, os entrevistados que adquirem produtos dentro do município apontam que isso não é uma dificuldade, e sim uma oportunidade de vizinhos agricultores que não possuem agroindústrias conseguirem manter-se ativos em suas atividades, demonstrando uma cooperação local que converge com o desenvolvimento territorial.

Os produtos que compõem este mercado são bastante particulares, e quando perguntados a respeito se seus produtos são típicos da região, três deles responderam considerar a bala, sendo as AGF'S A e B a bala de banana, e a AGF C a bala de gengibre. A entrevistada da agroindústria D considera suas cachaças todas típicas, e relata a atenção e importância em sempre buscar suas matérias primas dentro do município. A AGF E não considera seu produto típico da região, e a AGF F traz como típico seus chips de banana e aipim, permitindo notar características diferenciais inerentes à região, colaborando também com o desenvolvimento rural (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018, p. 303).

Voltando ao resgate histórico de cada entrevistado e sua AGF, perguntou-se sobre o saber fazer de seus produtos, sendo que dos seis entrevistados, quatro apontam que o aprendizado veio de outras gerações das famílias e dois aprenderam – em suas próprias palavras – sozinhos. Para Mior (2007, p. 13), “a trajetória tecnológica da agroindústria familiar rural reside sobre sua capacidade de utilização de um saber fazer incorporado na cultura regional”. Neste sentido a busca pelas AGF's entrevistadas em comercializarem produtos feitos artesanalmente, buscando em sua

maioria por serem típicos da região revelam dimensões de qualidade diferenciada de uma agroindústria convencional.

Em relação as organizações que fiscalizam/regulam suas atividades as respostas foram unânimes para com a vigilância sanitária. Três entrevistados ainda citaram a prefeitura do município e a AGF D relatou estar recebendo consultoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE/PR.

QUADRO 5 - Tipos de Produtos

(continua)

AGF	PRODUTOS DA AGF	ORIGEM DA MATÉRIA PRIMA DOS PRODUTOS	ONDE APRENDEU A FAZER OS PRODUTOS	QUE PRODUTOS CONSIDERA TÍPICO DA REGIÃO	ORGANIZAÇÕES QUE FISCALIZAM-REGULAM A ATIVIDADE
A	Cocadas; Balas de banana; Chips de banana e mandioca.	Côco do CEASA; Restante de produtores de Morretes.	Com o avô	Bala de banana	Prefeitura e Vigilância sanitária
B	Balas de banana; Balas de banana com gengibre; Balas de gengibre; Bananas passas; Bananas passas com chocolate.	Todos de produtores de Morretes.	Com os pais e avô	Bala de banana	Prefeitura e Vigilância sanitária
C	Balas de gengibre; Suspiros caseiro; Balas de côco recheada; Amendoins doces e salgados.	Côco industrializado (mercados locais); Restante de produtores de Morretes.	Sozinha	Bala de gengibre	Prefeitura e Vigilância sanitária

D	Cachaças e licores.	Jabuticabas doadas pelo IAPAR; Restante de Morretes (Produtores da região e plantio próprio).	Herança familiar	A cachaça	Vigilância sanitária e SEBRAE (consultoria)
E	Conservas e chips de aipim e banana.	Mercado convencional local; Restante de produtores de Morretes.	Com a mãe	-	Vigilância sanitária
F	Banana, Aipim e Batata chips doces e salgadas.	Batata - mercado convencional local; Restante de Morretes (plantio próprio)	Sozinho	Banana e Aipim chips	Vigilância sanitária

FONTE: Pesquisa a campo (2019).

5.5 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO

Em relação ao espaço físico das AGF's, cinco possuem suas estruturas de alvenaria, e uma de madeira, sendo esta última a única anexa à casa do entrevistado e utilizada também para uso doméstico além de produção para comercialização. Importante destacar que o menor período de atuação nas agroindústrias é o de três anos, vindo das AGF's C e F, porém os mesmos relataram que atuam na produção agroindustrial acerca de vinte anos, mas o período atual é o que corresponde a sua própria produção. Destaque para a entrevistada da AGF C, onde sua atuação teve início na agroindústria de seu pai, e a AGF A que apesar de possuir sua agroindústria há sete anos, relatou que sua vivência dentro de uma AGF vem desde sua infância, momento em que aprendeu a produzir seus produtos junto de seu avô, atualmente aposentado.

Com relação as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, três AGF's estão de acordo, e das outras três, duas estão aptas aguardando a visita técnica/fiscalização, e a AGF F ainda se encontra em fase de adequação de seu espaço. Para a realização da feira, todas as barracas das AGF's entrevistadas possuem alvará de funcionamento.

QUADRO 6 - Características Gerais Da Unidade De Processamento

AGF	Estrutura	Tamanho	Período de atuação na AGF	AGF anexa à residência	Utiliza AGF para atividades domésticas	Estrutura de acordo com as normas da ANVISA	Possui alvará da Feira
A	Alvenaria	104m ²	7 anos	Espaço próprio	Somente produção	Sim	Sim
B	Alvenaria	120m ²	Em torno de 30 anos	Espaço próprio	Somente produção	Sim	Sim
C	Alvenaria	88m ²	3 anos	Espaço próprio	Somente produção	Sim	Sim
D	Alvenaria	Não soube responder	Em torno de 20 anos	Espaço próprio	Somente produção	Não	Sim
E	Alvenaria	33m ²	25 anos	Espaço próprio	Somente produção	Não	Sim
F	Madeira	12m ²	3 anos	Anexa à casa	Sim	Não	Sim

FONTE: Pesquisa a campo (2019).

5.6 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Em relação aos canais de comercialização, dos seis entrevistados, dois atuam somente na Feira Semanal de Morretes (AGF's E e F), a AGF D atua na feira e venda direta em sua propriedade, e as agroindústrias familiares A, B e C realizam a comercialização de seus produtos na feira semanal e em bancas do próprio município e do município vizinho, Antonina. Além destes canais, a AGF B também atua em outra

feira, realizada na capital do estado, Curitiba, sendo a frequência de venda neste canal de uma vez ao mês.

Importante ressaltar que dos seis entrevistados, quatro citam o grau de importância da Feira Semanal para comercialização de seus produtos variando de 85 a 98%, número bastante expressivo que demonstra a relevância da Feira Semanal do município como canal de comercialização, manutenção destas agroindústrias familiares e reprodução social das famílias.

No quesito interesse em acesso a outros canais de comercialização, cinco entrevistados apresentam interesse, sendo a AGF E não interessada por falta de mão de obra. Dos cinco interessados, as AGF A, B e C, possuem interesse em acessar outras feiras, em especial a Feira do Largo da Ordem de Curitiba, a AGF D implementa ações para aumentar sua produção visando o mercado internacional, sendo a única entrevistada que realiza consultoria com o SEBRAE, e o entrevistado da AGF F, demonstra interesse em comercializar seus produtos para mercados convencionais da região.

Como abordado anteriormente, a necessidade de compreensão do território é essencial para se analisar suas relações sociais e mercantis, onde os canais de comercialização utilizados pelos atores sociais da presente pesquisa mostram-se inseridos em sua maioria de maneira regional, sendo a busca em sua expansão, seja para outras feiras, ou mercados convencionais, no próprio território, demonstrando características diferentes, porém, em sistemas locais definidos.

QUADRO 7 - Canais De Comercialização (CC)

(continua)

AGF	Quais são os CC	Frequência da comercialização	Importância da Feira (em %) para comercializar seus produtos	Tem interesse em acessar outros CC	Participa de algum Programa Governamental (PAA, PNAE, outros)
A	Feira e Bancas em Morretes	Sexta, sábado e domingo. Temporada – segunda a segunda. Bancas 1x na semana	85%	Sim	Não
B	Feira e lanchonetes	Sexta, sábado e domingo.	90%	Sim	Não

	de Morretes; Uma Feira em Curitiba	Temporada – segunda a segunda; Lanchonete e Feira em Curitiba 1x no mês			
C	Feira e Bancas em Morretes e Antonina	Sexta, sábado e domingo. Temporada – segunda a segunda. Bancas 1x a cada 15 dias	98%	Sim	Não
D	Feira e Propriedad e	Sexta, sábado e domingo. Temporada – segunda a segunda.	-	Sim	Não
E	Apenas na Feira	Sexta, sábado e domingo. Temporada – segunda a segunda	-	Não	Não
F	Apenas na Feira	Sábado, domingo e feriado	90%	Sim	Não

FONTE: Pesquisa a campo (2019).

5.7 PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES

No que diz respeito a participação em organizações de caráter coletivo, todos os seis entrevistados fazem parte da Associação de Feirantes do Rio Nhundiaquara, já descrita nesta pesquisa. Quando questionados sobre as vantagens de fazer parte da associação, todos apontaram a melhoria na organização da feira. Segundo entrevistado da AGF A,

“Antigamente cada prefeito que entrava falava que ia tirar a gente daqui, mudar o ponto... Através da associação a gente conseguiu aprovar uma lei na câmara municipal que mantém a gente aqui. Então de 97 até 2018 a gente nunca teve uma estabilidade de lugar... sempre indo e indo, mas em 2018 com algumas normas e melhorias, a gente teve que revitalizar as barracas, padronizar com as cores do município, todas com balcão de inox, então teve melhoria e hoje nós temos uma tranquilidade maior por essa lei nos apoiar, então temos nossos direitos e deveres... então a associação veio pra ajudar nisso, a fortalecer a feira como um coletivo” (ENTREVISTADO AGF A, 2020).

Neste sentido, a criação desta associação aparece como um momento importante no histórico da feira, possibilitando a criação de uma lei que favorece o espaço da mesma. Importante ressaltar que das quase três décadas de realização, apenas há dois anos a feira passou a ter uma organização de caráter coletivo, e dos seis entrevistados apenas a entrevistada da AGF D faz parte de outra associação, no

caso a Associação Municipal dos Engenhos de Morretes. Os entrevistados ainda relatam que pretendem buscar junto da associação outras melhorias para a feira, a exemplo a obtenção de rede de luz, inexistente até então, e que conseqüentemente não permite a realização da feira em momento noturno, como é de interesse de todos os seis entrevistados.

Outra questão que merece destaque nesta seção, se deu pela fala de três entrevistados, que apontam a associação da feira como uma possível conquista na busca por uma identidade local, que segundo entrevistado da AGF A seria:

“Se a gente conseguisse um rótulo, o coletivo sabe? Uma marca que todo mundo soubesse que era daqui, sabe? A gente tem um rótulo antigo que fala que o produto é de Morretes, mas não é uma coisa que a gente construiu, com a nossa história.... Porque é só falar que é de Morretes e o produto se vende... Com um rótulo, uma marca nossa seria o ideal” (ENTREVISTADO AGF A, 2019).

Esta questão, reforça a construção do espaço-território e fortalece a possibilidade de criação de uma cesta de bens e serviços do território, que segundo Pecqueur (2006), além de ser um conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais, também é uma organização interativa entre os produtores da cesta (clube), sendo este espaço - já construído e consolidado - um importante passo para o fortalecimento desta organização de atores sociais.

5.8 PERSPECTIVAS FUTURAS

A última parte do roteiro de entrevistas se deu nas perspectivas futuras de cada entrevistado, onde a primeira questão se deu sobre algum sonho/vontade ainda não realizada. Dos seis entrevistados, três apresentaram sonhos e/ou vontades ainda não realizadas, relacionadas diretamente com suas agroindústrias, como aponta entrevistado da AGF A,

"Acredito que voltar minha produção de doce de leite, e expandir o mercado né, nós temos tudo pra crescer, nós temos uma terra muito boa, nós temos técnica então meu sonho é expandir né, colocar o produto de Morretes numa visão nacional...Uma identidade só nossa, de quem quisesse da feira... Tem muito caminho pela frente, pra todos nós" (ENTREVISTADO AGF A, 2019).

O segundo questionamento se deu em relação ao território, demonstrando a partir da visão de cada entrevistado, qual ou quais eram as potencialidades e

dificuldades locais. Como abordado no segundo capítulo desta pesquisa, em relação as potencialidades, a resposta foi unânime, o turismo, e o quanto o mesmo é positivo para a comercialização na feira. Em relação as dificuldades, também se obteve resposta unânime: A falta de apoio das instituições públicas para com as AGF's e a feira. Em relação as AGF's, as principais questões se dão em torno da falta de políticas de acesso a crédito para a compra de maquinários, o que consequentemente dificulta o aumento das produções. Para a feira, o que nos foi apresentado é a insegurança (ainda que a aprovação da lei que permite a existência da feira no mesmo local tenha sido aprovada), de que todos os seus produtos – em principal os que ainda não foram visitados pela vigilância sanitária – possam ser comercializados, e também a falta de apoio em buscar juntos soluções que tragam melhorias tanto para os feirantes quanto para o consumidor que frequenta o espaço.

Outro questionamento se deu nas transformações/mudanças de maior importância percebidas pelos entrevistados ao longo do período que vivem no território de Morretes. Convergindo com as respostas da questão acima, o turismo foi colocado por quatro entrevistados como sendo uma grande mudança local. Uma outra percepção relevante abordada nesta questão, foi relacionada a grande enchente que Morretes sofreu no ano de 2011; onde foi apontado a relação do cuidado posterior a enchente, sobretudo com os rios da cidade e a busca por mantê-los limpos, tanto pelo poder público quanto pelos próprios moradores locais.

A última questão do roteiro referiu-se em saber se os atores sociais envolvidos na presente pesquisa gostam de viver na região, e se há pretensão em continuar a viver no território de Morretes. Como já imaginado, a resposta veio de forma igual entre todos os entrevistados: Ninguém troca Morretes por outro lugar. “Eu já morei fora e voltei... Mesmo com as dificuldades eu não troco Morretes por nada”. (ENTREVISTADA AGF E, 2020); “Ah eu não me vejo morando em outro lugar né... Já até comprei meu terreno no cemitério haha” (ENTREVISTADA AGF C, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto territorial apresentado, considerando o ponto de vista dos entrevistados sob ótica da pesquisadora, foi possível compreender a dinâmica que se apresenta entre as agroindústrias familiares rurais e a Feira Semanal do município de Morretes. Através deste recorte espacial, de bibliografias acerca do território em questão, e também de vivências anteriores da pesquisadora, é possível identificar o meio rural do litoral do Paraná como sendo dinâmico e complexo, onde múltiplas realidades ocorrem simultaneamente. Neste sentido, se faz necessário considerar a ideia de *espaço-território* carregado de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento (Lacour, 1985, *apud* Carrière e Cazella, 2006, p.33).

Em relação as estratégias da agricultura familiar adotadas pelos atores sociais pesquisados (as agroindústrias rurais familiares e a feira como principal canal de comercialização), foi possível compreender que ambas são de extrema importância para a manutenção destas famílias no meio rural, e além desta manutenção, como foi possível perceber nos resultados, todos os seis entrevistados possuem a vontade de expandir suas produções, evidenciando a construção de um território ressignificado a partir das escolhas desses atores.

Esta expansão em produções, foi apontada pelos entrevistados, tanto em relação a obtenção de maquinários para suas AGF's, quanto à necessidade de apoio vindo dos órgãos e instituições competentes. Infelizmente este sentimento de 'abandono', gerado por esta falta de apoio, é uma discussão recorrente no meio rural do litoral paranaense, e neste sentido a presente pesquisa pode e deve ser utilizada na busca de diálogo entre estes atores.

Outro ponto que merece destaque em relação aos resultados, se deu a partir da criação da Associação da Feira, espaço de caráter coletivo visto por alguns dos entrevistados como oportunidade de criação e unificação de um 'rótulo' – dito por eles no sentido de uma marca regional, que remeta ao município de Morretes e a Feira semanal. Esta identificação, reforça a construção do espaço-território, fortalecendo um dos objetivos específicos desta pesquisa que foi o de identificar o potencial dos produtos ofertados pelas agroindústrias familiares em fomentar uma cesta de bens e serviços, com vistas a dinamização do território.

A partir das breves colocações acima e do que foi abordado no decorrer desta pesquisa, se faz possível visualizar algumas situações que merecem destaque e

aprofundamento nesta seção, em primeiro o exercício de pluriatividade no sentido de novas identificações dentro do espaço rural, oportunidade esta não apenas para incrementar o nível de ingresso econômico familiar, mas também em expandir o universo de suas relações sociais (ANJOS; CALDAS; COSTA 2006).

Ainda em relação a este universo plural, os resultados desta pesquisa demonstraram a ligação dos atores sociais envolvidos para com seu território, e o potencial de desenvolvimento enxergado por eles, sendo o principal canal de comercialização de seus produtos a feira semanal do município, que além de consolidada pelo seu tempo de existência, possui ligação direta com o turismo na região, que como descrito nesta pesquisa tem alta relevância não só para a manutenção de vida das famílias que nela atuam, mas também contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento territorial da região.

Seguindo as situações a serem destacadas nesta seção, se faz necessário revisitar a busca pela criação de um espaço de caráter coletivo, que neste caso foi consolidado pela associação da feira, denominada Associação de Feirantes do Rio Nhundiaquara. Este momento, como já descrito anteriormente, além de trazer segurança do ponto de vista legal para os produtores que dela fazem parte, e padronizar o espaço físico da feira, possibilitam uma outra estratégia da agricultura familiar, que se encontra nesta pesquisa como um objetivo específico, o fomento de uma cesta de bens e serviços, visando a dinamização do território. Cabe ressaltar que este objetivo específico converge com o interesse dos atores sociais desta pesquisa em buscar uma identidade territorial local, reforçando a consolidação desta organização, possibilitando novos caminhos para o desenvolvimento da região.

Segundo Haesbaert e Limonad (2007, p. 42), o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente sociedade e espaço geográfico. Partindo deste entendimento, pensar o território rural e suas dinâmicas, em especial no contexto atual brasileiro, é complexo e desafiador, sendo necessário um olhar cauteloso seja em sua dimensão subjetiva, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode denominar-se por dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica (HAESBAERT E LIMONAD, 2007).

A partir do exposto, considerando inclusive as fragilidades da presente pesquisa, conclui-se que as agroindústrias rurais familiares atuantes na feira semanal

do município de Morretes, contribuem significativamente para com o desenvolvimento territorial local, com grande potencial para novas estratégias visando a dinamização do território. O caminho para tal é longo, e depende não somente dos atores sociais envolvidos, mas também do poder público, sociedade civil e de nós pesquisadoras e pesquisadores, que ao entendimento da autora tem o dever de registrar e fazer-se notar as potencialidades e dificuldades do cotidiano no meio rural brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial**. Disponível em: < <https://goo.gl/rVUoFH> >. Acesso em: 25 jan. 2019.

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Agroindústrias Rurais Familiares: Estratégias de mercado na região do COREDE Jacuí Centro/RS. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 3, n. 2, p. 191-200. jul. 2011.

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. As trajetórias dos agricultores familiares nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul: Uma tipologia da evolução. **Revista do Desenvolvimento Regional: REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p.257-281, set. 2016.

ARAUJO, A. M; RIBEIRO, E. M. Feiras e desenvolvimento: impactos de feiras livres do comércio urbano no Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 7, n. 2, p.300-327, maio/agosto, 2018.

BASTARZ, C. **Análise da preferência da paisagem do município de Morretes, paraná como subsídio ao planejamento do turismo**. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 36, p. 31-50, dez. 2001.

BNDES. **Banco Nacional do Desenvolvimento. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, 2019**. Disponível em: <encurtador.com.br/iCJU6>. Acesso em: 14 out. 2019.

BITOUN, J.; MIRANDA, L.I.B.; SOARES, F.R.G.; LYRA, M.R.S.B.; CAVALCANTI, J. S. **Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros**. [201-].

BOZZANO, Horacio. TERRITORIOS: EL METODO TERRITORII: Una mirada territorial a proyectos e investigaciones no siempre territoriales. In: INTERNATIONAL

CONFERENCE OF TERRITORIAL INTELLIGENCE TERRITORIAL, 01. 2009, Salerno. **Artigo**. Salerno: Enti, 2009. v. 1, p. 01 - 11.

BRASIL. Lei complementar 6/2011 – **Plano Diretor Municipal de Morretes**. Morretes, 2001.

CARRIÈRE, J-P.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. Florianópolis: **Eisforia**, v. 4, p. 23-47, dez. 2006.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Bs. As. Argentina: Nueva Visión, 1974.

DENARDIN, V. F.; LAUTERT, L. F.; HERNANDES, C. C.; RIBAS, C. P.; PICCIN, H. H.; KOMARCHESKI, R. **Casas de farinha no litoral do Paraná: realidades e desafios**. In: Congresso Brasileiro de Mandioca. 2009, Botucatu, p. 1037- 1042.

DOS ANJOS, Flávio Sacco. XLIV Congresso da sober, 44. 2006, Fortaleza. **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar [...]**. Fortaleza: Universidade Federal de Pelotas, 2006. 21 p. Tema: Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento.

ESTADES, N. P. **Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.8, p. 25-41. Editora UFPR: Curitiba, 2003.

FURTADO, C. **Os Desafios Da Nova Geração**. Revista de Economia Política, v. 24, n. 4, 2004.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre/RS, 287p. 2004.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. **Ensaio**, Porto Alegre, v. 32. n. 2, p. 361-388. Nov. /2011.

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta Garcia. **Cozinhando a Tradição: festa, cultura, história e turismo no litoral paranaense**. Festa, cultura, história e turismo no litoral paranaense. Curitiba: ed. ufpr, 2013. 290 p.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc..., Espaço, Tempo e Crítica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário – Resultados Preliminares, 2017**. Disponível em: <encurtador.com.br/isvJK>. Acesso em: 10 out. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2010**. Disponível em: <encurtador.com.br/lrxFT>. Acesso em: 14 set. 2020.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras. **Fórum permanente de desenvolvimento rural sustentável - fórum DRS**. 2013.

IPARDES. **Instituto paranaense de desenvolvimento econômico e social**. Morretes, 2017.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 01, p.299-322, abr. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 1994. 80 p.

MIOR, Luis Carlos. Colóquio internacional de desenvolvimento rural e sustentável, 2007, Florianópolis. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Florianópolis: Colóquio internacional: desenvolvimento rural sustentável.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **Revista do**

Desenvolvimento Regional: Redes, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p.75-102, set. 2009.

OLIVEIRA, R. C. de. Olhar, ouvir, escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo.** Campinas: Unesp, 1994. p. 17-35.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. Florianópolis: **Eisforia**, v.4, p. 81-103, dez. /2006.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J; SOUZA, M. C; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 13, p. 137-167, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma abordagem territorial.** Presidente Prudente: Unesp, 2009. 197 p.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar:** Desafios para o Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Ufrgs, 2016. Cap. 4. p. 93-134.

_____. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasil, v. 18, n. 51, p.99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 0102, p.99-116, janeiro/dezembro 2004.

SOUZA, H. J. De. Algumas categorias para a análise da conjuntura. In: _____. Como se faz análise de conjuntura. Petrópolis: **Vozes**, 1985. p. 9-19.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa et al. Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo - RS. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p.198-216, set. 2019.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da mata atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. **Revista Guajú**, Matinhos, v. 1, p. 96-109, jul. /dez. 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Rupturas e continuidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2003. p. 42-61.

_____ **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. CLACSO, Buenos Aires, p. 31-44, 2001.

_____ **Raízes Históricas Do Campesinato Brasileiro** XX Encontro Anual Da Anpocs. Gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. 1996

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 04, 2008, Mar del Plata. **Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil**. Mar del Plata: Red Sial, 2008. 29 p.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

Perfil da família responsável pela agroindústria:

1. Nome
2. Idade/Gênero
3. Quantas pessoas compõem a família?
4. Local de origem da família?
5. Local de residência
6. Qual a escolaridade de cada componente?
7. Houve emigração de membros da família? Se sim para onde e qual a motivação?

Atividades desenvolvidas na propriedade:

1. Quais atividades eram desenvolvidas na propriedade antes do surgimento da agroindústria?
2. Desenvolvem outras atividades além da agroindústria? (Dentro ou fora da propriedade)
3. Quais mudanças foram percebidas na sua vida (família/) após a atuação na agroindústria?
4. Quantas pessoas atuam na agroindústria familiar?
5. Existe contratação externa de mão-de-obra? Com que frequência?
6. Qual motivo o levou realizar a agroindustrialização dos produtos?
7. Estimativa de renda mensal com a agroindústria;
8. Outras fontes de renda;

Tipos de produtos:

1. Que produtos sua agroindústria produz?
2. Qual a origem da matéria-prima dos produtos?
3. Como é adquirida a matéria prima de produtos derivados de culturas locais? Qual é a sua disponibilidade?
4. Existe alguma dificuldade para acessá-lo? (Comprado, cultivado, extrativismo, se existe sazonalidade, se é abundante ou escasso, etc.).
5. Onde aprendeu a fazer os produtos? Seus pais ou avós já os fabricavam?
6. Quais produtos já fabricaram e pararam? Porque não os fabricam mais?
7. Considera que existe alguma diferenciação do seu produto? Se sim quais?
8. Quais produtos produzidos na agroindústria considera típico do litoral do Paraná?
9. Quais produtos típicos do litoral são produzidos por seus vizinhos?
10. Existe algum produto derivado de culturas locais (que utilize matéria prima da região como mandioca, frutas, etc.)? Se sim, Quais?
11. Já adquiriu crédito? (☐) Sim (☐) Não. Qual a disponibilidade de crédito na região? (PRONAF, outros).
12. Quais as organizações que fiscalizam/regulam sua atividade? Como avalia o relacionamento com elas?
13. Já procurou ou recebeu apoio de alguma instituição? (☐) Sim (☐) Não. Se sim, qual apoio e à qual instituição procurou?

Características gerais da unidade de processamento:

1. (☐) Alvenaria (☐) madeira (☐) outros
2. Área de ____ m²
3. Há quanto tempo existe a agroindústria? _____
4. A agroindústria fica anexa à casa (dividindo cozinha, banheiro, varanda, etc.)? Ou foi construída em um espaço próprio (totalmente independente da casa)?

5. Utiliza a agroindústria para atividades domésticas ou exclusivamente para produção para a comercialização?
6. A estrutura está de acordo com as normas da ANVISA?

() Sim () Não
Se não, por quê?
7. Possui alvará de funcionamento?

() sim () não
Se não, já tentou obter? Porque não conseguiu?
8. Quais mudanças foram realizadas na agroindústria ao longo do seu tempo de existência? Por quê?
9. Deseja realizar modificações na agroindústria? Se sim, quais e por quê?

Canais de comercialização:

1. Qual ou quais são seus canais de comercialização?
2. Qual é a frequência da comercialização?
3. Qual a importância da feira para comercializar sus produtos?
4. Como se deu sua participação na feira? (Tentar coletar informações a respeito do histórico da feira).
5. Em relação à feira, está satisfeito com a forma de realização da mesma?
6. Conhece seu consumidor final? O que considera importante para o consumidor na hora de adquirir seu produto?
7. Têm interesse em acessar outros canais de comercialização? Se sim, algum específico?
8. Participa de algum programa governamental? (PAA, PNAE, outros).

Participação em associações:

1. Algum membro faz parte de alguma organização local? (Associação, etc).

2. Se sim, quais são as vantagens e desvantagens em fazer parte?
3. Qual a relevância desta organização local para você?
4. E para sua produção?

Perspectivas futuras

1. Têm algum sonho/vontade não realizada? Se sim, o que?
2. Em relação ao território em que vive, o que enxerga como principal dificuldade? E potencialidade?
3. No período em que reside no local, quais as transformações/mudanças mais importantes que percebeu na região?
4. Gosta de morar na região? () Sim () Não. Por quê? Pretende continuar na região (essa é importante para os mais jovens, porque vê as aspirações de continuidade desse tipo de trabalho).